

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	9
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019	10
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	19
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	20
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	21

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	30
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	90
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	91

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	93
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	94

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

95

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	669.798
Preferenciais	0
Total	669.798
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.098
Preferenciais	0
Total	2.098

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
--------	-----------	----------	------------------	-----------------	----------------	-------------------------------------

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	2.876.137	2.884.951
1.01	Ativo Circulante	334.206	392.670
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	106.994	108.462
1.01.02	Aplicações Financeiras	102.121	159.067
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	102.121	159.067
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	102.121	159.067
1.01.03	Contas a Receber	81.212	81.352
1.01.03.01	Clientes	81.212	81.352
1.01.04	Estoques	19.261	19.156
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.278	3.446
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.278	3.446
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.340	21.187
1.01.08.03	Outros	20.340	21.187
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber / Propostos	3.632	3.632
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	16.708	17.555
1.02	Ativo Não Circulante	2.541.931	2.492.281
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	356.759	344.137
1.02.01.07	Tributos Diferidos	57.757	51.222
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	57.757	51.222
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	299.002	292.915
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	279.580	274.770
1.02.01.10.05	Outros Ativos	19.422	18.145
1.02.02	Investimentos	398.860	398.460
1.02.02.01	Participações Societárias	398.860	398.460
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	398.860	398.460
1.02.03	Imobilizado	90.674	87.924
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	60.951	62.513
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	29.723	25.411
1.02.04	Intangível	1.695.638	1.661.760
1.02.04.01	Intangíveis	1.695.638	1.661.760
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.452.465	1.474.570
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	243.173	187.190

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	2.876.137	2.884.951
2.01	Passivo Circulante	180.261	171.119
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.274	26.077
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.247	5.073
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.027	21.004
2.01.02	Fornecedores	34.643	35.386
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	32.930	33.746
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.713	1.640
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.353	7.577
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.832	4.686
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	466	0
2.01.03.01.02	Demais Obrigações Fiscais Federais	4.366	4.686
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	26	55
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.495	2.836
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	41.251	44.749
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	41.037	40.104
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	41.037	40.104
2.01.04.02	Debêntures	214	4.645
2.01.05	Outras Obrigações	64.740	57.330
2.01.05.02	Outros	64.740	57.330
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.665	3.665
2.01.05.02.05	Obrigações com poder concedente	61.029	53.619
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	46	46
2.02	Passivo Não Circulante	1.356.019	1.361.448
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	315.560	315.379
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.019	20.039
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	20.019	20.039
2.02.01.02	Debêntures	295.541	295.340
2.02.02	Outras Obrigações	1.011.452	1.016.905
2.02.02.02	Outros	1.011.452	1.016.905
2.02.02.02.04	Passivos atuariais - Assistência Médica Complementar	53.665	52.291
2.02.02.02.05	Fornecedores	15.021	15.021
2.02.02.02.06	Impostos sobre faturamento TRA	54.865	53.572
2.02.02.02.07	Obrigações com poder concedente	887.901	896.021
2.02.04	Provisões	29.007	29.164
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	29.007	29.164
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	10.395	11.168
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	16.525	16.124
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.723	1.508
2.02.04.01.05	Provisões Outras	364	364
2.03	Patrimônio Líquido	1.339.857	1.352.384
2.03.01	Capital Social Realizado	1.081.907	1.081.907
2.03.02	Reservas de Capital	85.030	84.458
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	18.897	18.897
2.03.02.04	Opções Outorgadas	67.941	67.378
2.03.02.07	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	-1.808	-1.817

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.03.04	Reservas de Lucros	210.464	210.342
2.03.04.01	Reserva Legal	55.364	55.364
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	8.033	8.033
2.03.04.10	Reserva de Lucros para Investimentos	153.849	153.849
2.03.04.11	Recompra de ações	-6.776	-6.898
2.03.04.12	Custos na recompra de ações	-6	-6
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.221	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-24.323	-24.323

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	133.006	137.202
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-110.012	-120.515
3.03	Resultado Bruto	22.994	16.687
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.317	-20.601
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.674	-11.717
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.453	-17.032
3.04.02.01	Amortização de Ágio	-872	-872
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativa	-20.581	-16.160
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.386	2.134
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	124	-113
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	300	6.127
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.323	-3.914
3.06	Resultado Financeiro	-15.967	-12.019
3.06.01	Receitas Financeiras	408	8.181
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.375	-20.200
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-19.290	-15.933
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.069	6.879
3.08.01	Corrente	-466	0
3.08.02	Diferido	6.535	6.879
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.221	-9.054
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-13.221	-9.054
3.99.01.01	ON	-0,0198	-0,01363
3.99.02.01	ON	-0,0197	-0,01349

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-13.221	-9.054
4.03	Resultado Abrangente do Período	-13.221	-9.054

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	10.221	5.428
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	31.345	24.130
6.01.01.01	Resultado Antes da Tributação e Participação	-19.290	-15.933
6.01.01.02	Plano de Opção de Compra de Ações/Incentivo de Longo Prazo	563	1.088
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-300	-6.127
6.01.01.04	Variação Monetárias e Cambiais	0	-424
6.01.01.05	Depreciação e Amortização	24.621	23.938
6.01.01.06	Juros sobre Debêntures	3.106	0
6.01.01.07	Juros sobre Empréstimos e Financ. Apropriados	727	3.470
6.01.01.10	Constituição (reversão) da provisão para contingências	3.481	1.555
6.01.01.11	Baixa e Resultado na Venda de Ativos Permanentes	93	0
6.01.01.12	Benefício pós emprego - planos médicos	1.374	930
6.01.01.13	Provisão/reversão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	5.015	3.967
6.01.01.14	Juros sobre obrigações com poder concedente	11.488	11.666
6.01.01.15	Juros sobre aplicações financeiras	467	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.995	-3.191
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-4.875	-3.775
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Estoques	-105	56
6.01.02.03	(Aumento) Redução Tributos Correntes a Recuperar	-832	-397
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Depósitos Judiciais	-4.810	-4.028
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-430	-1.508
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Fornecedores	-743	1.039
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Salários e Obrigações Sociais	5.197	4.067
6.01.02.11	Aumento (Redução) Impostos, Taxas e Contribuições	310	-40
6.01.02.14	Aumento (Redução) em Impostos sobre Faturamento TRA	1.293	1.395
6.01.03	Outros	-16.129	-15.511
6.01.03.04	Baixas de contingências com pagamento	-3.638	-3.183
6.01.03.05	Pagamentos obrigações com poder concedente	-12.491	-12.328
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.587	-13.365
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-4.312	-13.725
6.02.02	Alienação de Imobilizado	150	0
6.02.03	Aumento de Intangível	-56.887	0
6.02.04	Aumento de Investimentos em Controladas	-100	0
6.02.05	Aplicações financeiras	56.479	0
6.02.07	Juros sobre Empréstimos Capitalizados	1.083	360
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.102	-6.984
6.03.01	Empréstimos Tomados	-14	0
6.03.02	Pagamentos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-19	-10.019
6.03.04	Recebimento de opções exercidas	131	4.026
6.03.06	Juros Pagos por Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-8.200	-991
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.468	-14.921
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	108.462	189.069
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	106.994	174.148

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.081.907	84.458	210.342	0	-24.323	1.352.384
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.081.907	84.458	210.342	0	-24.323	1.352.384
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	572	122	0	0	694
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	563	0	0	0	563
5.04.08	Opções de Ações Exercidas	0	0	122	0	0	122
5.04.09	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	9	0	0	0	9
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.221	0	-13.221
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.221	0	-13.221
5.07	Saldos Finais	1.081.907	85.030	210.464	-13.221	-24.323	1.339.857

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.071.757	82.660	197.108	0	-10.398	1.341.127
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.071.757	82.660	197.108	0	-10.398	1.341.127
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.740	1.133	1.241	0	0	5.114
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.088	0	0	0	1.088
5.04.09	Opções de Ações Exercidas	2.740	0	1.241	0	0	3.981
5.04.10	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	45	0	0	0	45
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.054	0	-9.054
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.054	0	-9.054
5.07	Saldos Finais	1.074.497	83.793	198.349	-9.054	-10.398	1.337.187

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	150.809	152.965
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	150.438	154.798
7.01.02	Outras Receitas	5.386	2.134
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.015	-3.967
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-47.990	-54.654
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-16.285	-30.617
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.829	-23.924
7.02.04	Outros	124	-113
7.03	Valor Adicionado Bruto	102.819	98.311
7.04	Retenções	-24.621	-23.938
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.621	-23.938
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	78.198	74.373
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	708	14.308
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	300	6.127
7.06.02	Receitas Financeiras	408	8.181
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	78.906	88.681
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	78.906	88.681
7.08.01	Pessoal	57.526	58.168
7.08.01.01	Remuneração Direta	42.164	44.597
7.08.01.02	Benefícios	12.492	10.882
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.870	2.689
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.373	18.342
7.08.02.01	Federais	9.685	10.645
7.08.02.02	Estaduais	54	55
7.08.02.03	Municipais	7.634	7.642
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.228	21.225
7.08.03.01	Juros	16.375	20.200
7.08.03.02	Aluguéis	853	1.025
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.221	-9.054
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.221	-9.054

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	3.198.691	3.196.122
1.01	Ativo Circulante	545.612	598.035
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	270.776	266.376
1.01.02	Aplicações Financeiras	102.121	159.067
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	102.121	159.067
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	102.121	159.067
1.01.03	Contas a Receber	121.004	120.432
1.01.03.01	Clientes	121.004	120.432
1.01.04	Estoques	22.864	22.771
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.523	7.476
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.523	7.476
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.324	21.913
1.01.08.03	Outros	20.324	21.913
1.01.08.03.02	Outras Contas a Receber	20.324	21.913
1.02	Ativo Não Circulante	2.653.079	2.598.087
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	389.646	376.866
1.02.01.07	Tributos Diferidos	71.797	65.637
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	71.797	65.637
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	317.849	311.229
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	289.042	284.401
1.02.01.10.05	Precatórios a Receber	5.694	5.605
1.02.01.10.06	Outros Ativos	23.113	21.223
1.02.03	Imobilizado	219.940	220.055
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	186.005	189.978
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	33.935	30.077
1.02.04	Intangível	2.043.493	2.001.166
1.02.04.01	Intangíveis	2.043.493	2.001.166
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.749.096	1.764.566
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	294.397	236.600

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	3.198.691	3.196.122
2.01	Passivo Circulante	246.175	235.712
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	40.648	34.841
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.907	7.096
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	34.741	27.745
2.01.02	Fornecedores	58.328	60.834
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	56.578	59.752
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.750	1.082
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.494	13.280
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.529	8.155
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	568	628
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Federais	6.961	7.527
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	399	353
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.566	4.772
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	52.033	54.076
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	46.092	44.387
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	41.664	40.731
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.428	3.656
2.01.04.02	Debêntures	5.941	9.689
2.01.05	Outras Obrigações	81.672	72.681
2.01.05.02	Outros	81.672	72.681
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.665	3.665
2.01.05.02.08	Obrigações com poder concedente	68.386	60.139
2.01.05.02.09	Arrendamento mercantil	9.575	8.830
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	46	47
2.02	Passivo Não Circulante	1.612.659	1.608.026
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	384.017	382.320
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	34.378	33.538
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	21.252	21.423
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.126	12.115
2.02.01.02	Debêntures	349.639	348.782
2.02.02	Outras Obrigações	1.183.632	1.179.715
2.02.02.02	Outros	1.183.632	1.179.715
2.02.02.02.07	Passivos atuariais - Assistência Médica Complementar	69.543	67.593
2.02.02.02.08	Fornecedores	15.021	15.021
2.02.02.02.09	Impostos sobre faturamento TRA	54.865	53.572
2.02.02.02.10	Obrigações com poder concedente	1.016.892	1.015.847
2.02.02.02.11	Arrendamento mercantil	21.616	22.075
2.02.02.02.12	Outros Passivos	5.695	5.607
2.02.03	Tributos Diferidos	7.754	8.498
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	7.754	8.498
2.02.04	Provisões	37.256	37.493
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	37.256	37.493
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	16.342	17.103
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18.812	18.491
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.730	1.528

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.04.01.05	Provisões Outras	372	371
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.339.857	1.352.384
2.03.01	Capital Social Realizado	1.081.907	1.081.907
2.03.02	Reservas de Capital	85.030	84.458
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	18.897	18.897
2.03.02.04	Opções Outorgadas	67.941	67.378
2.03.02.07	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	-1.808	-1.817
2.03.04	Reservas de Lucros	210.464	210.342
2.03.04.01	Reserva Legal	55.364	55.364
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	8.033	8.033
2.03.04.10	Reserva de Lucros para Investimentos	153.849	153.849
2.03.04.11	Recompra de ações	-6.776	-6.898
2.03.04.12	Custos na recompra de ações	-6	-6
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-13.221	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-24.323	-24.323

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	223.817	227.220
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-174.039	-180.834
3.03	Resultado Bruto	49.778	46.386
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.299	-46.059
3.04.01	Despesas com Vendas	-27.620	-28.462
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.954	-20.188
3.04.02.01	Amortização de Ágio	-872	-872
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-24.082	-19.316
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.237	2.787
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	38	-196
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.479	327
3.06	Resultado Financeiro	-22.445	-13.003
3.06.01	Receitas Financeiras	1.611	10.024
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.056	-23.027
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-18.966	-12.676
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.745	3.622
3.08.01	Corrente	-1.159	-2.647
3.08.02	Diferido	6.904	6.269
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.221	-9.054
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-13.221	-9.054
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-13.221	-9.054
3.99.01.01	ON	-0,0198	-0,01363
3.99.02.01	ON	-0,0197	-0,01349

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-13.221	-9.054
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-13.221	-9.054
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-13.221	-9.054

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.896	21.893
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	50.646	44.888
6.01.01.01	Resultado Antes da Tributação e Participação	-18.966	-12.676
6.01.01.02	Variação Monetárias e Cambiais	4.772	-682
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	35.061	32.491
6.01.01.05	Constituição (Reversão) da Provisão para Contingências	3.795	1.832
6.01.01.06	Plano de Opção de Compra de Ações/Incentivo de Longo Prazo	563	1.088
6.01.01.07	Baixas e Resultado na Venda de Ativos Permanentes	-169	3
6.01.01.08	Juros sobre Debêntures	3.777	0
6.01.01.09	Juros sobre Empréstimos e Financ. Apropriados	973	3.527
6.01.01.14	Benefício pós emprego - Planos Médicos	1.950	1.176
6.01.01.15	Provisão/reversão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	5.036	4.556
6.01.01.16	Juros sobre obrigações com poder concedente	12.858	13.076
6.01.01.17	Juros sobre arrendamento - Aluguéis	529	497
6.01.01.18	Juros sobre aplicações financeiras	467	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.824	-1.544
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-5.608	-196
6.01.02.02	(Aumento) Redução nos Estoques	-93	-17
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Tributos Correntes a Recuperar	-1.047	484
6.01.02.05	(Aumento) Redução Depósitos Judiciais	-4.641	-4.229
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-390	-4.544
6.01.02.07	Aumento (Redução) em Fornecedores	-2.506	1.611
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Salários e Obrigações Sociais	5.807	4.094
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Impostos, Taxas e Contribuições	274	-198
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Contas a Pagar	88	56
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Impostos sobre Faturamento TRA	1.293	1.395
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-1	0
6.01.03	Outros	-20.926	-21.451
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.219	-2.883
6.01.03.04	Baixas de contingências com pagamento	-4.032	-3.417
6.01.03.05	Pagamentos obrigações com poder concedente	-15.675	-15.151
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.853	-15.218
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-4.268	-15.742
6.02.02	Alienação de Imobilizado	594	0
6.02.03	Aumento do Ativo Intangível	-58.741	0
6.02.04	Aplicações financeiras	56.479	0
6.02.05	Juros sobre Empréstimos e Financ. Capitalizados	1.083	524
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.643	-11.021
6.03.01	Recebimento de Opção de Compra de Ações Exercidas	131	4.026
6.03.02	Empréstimos Tomados	-244	0
6.03.03	Pagamentos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-2.117	-12.079
6.03.06	Juros Pagos por Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	-8.590	-1.389
6.03.09	Pagamentos arrendamento - Aluguéis	-2.823	-1.579

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.400	-4.346
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	266.376	253.663
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	270.776	249.317

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.081.907	84.458	210.342	0	-24.323	1.352.384	0	1.352.384
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.081.907	84.458	210.342	0	-24.323	1.352.384	0	1.352.384
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	572	122	0	0	694	0	694
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	563	0	0	0	563	0	563
5.04.08	Opções de Ações Exercidas	0	0	122	0	0	122	0	122
5.04.09	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	9	0	0	0	9	0	9
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.221	0	-13.221	0	-13.221
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.221	0	-13.221	0	-13.221
5.07	Saldos Finais	1.081.907	85.030	210.464	-13.221	-24.323	1.339.857	0	1.339.857

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.071.757	82.660	197.108	0	-10.398	1.341.127	0	1.341.127
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.071.757	82.660	197.108	0	-10.398	1.341.127	0	1.341.127
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.740	1.133	1.241	0	0	5.114	0	5.114
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.088	0	0	0	1.088	0	1.088
5.04.09	Opções de Ações Exercidas	2.740	0	1.241	0	0	3.981	0	3.981
5.04.10	Resultado na Alienação de Ações em Tesouraria	0	45	0	0	0	45	0	45
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.054	0	-9.054	0	-9.054
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.054	0	-9.054	0	-9.054
5.07	Saldos Finais	1.074.497	83.793	198.349	-9.054	-10.398	1.337.187	0	1.337.187

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	258.226	258.708
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	257.025	260.477
7.01.02	Outras Receitas	6.237	2.787
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.036	-4.556
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-98.221	-101.462
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-37.207	-50.124
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-61.052	-51.142
7.02.04	Outros	38	-196
7.03	Valor Adicionado Bruto	160.005	157.246
7.04	Retenções	-35.061	-32.491
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.061	-32.491
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	124.944	124.755
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.611	10.024
7.06.02	Receitas Financeiras	1.611	10.024
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	126.555	134.779
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	126.555	134.779
7.08.01	Pessoal	79.001	79.591
7.08.01.01	Remuneração Direta	56.503	58.994
7.08.01.02	Benefícios	18.638	16.631
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.860	3.966
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	34.789	38.689
7.08.02.01	Federais	20.917	24.984
7.08.02.02	Estaduais	1.508	1.359
7.08.02.03	Municipais	12.364	12.346
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.986	25.553
7.08.03.01	Juros	24.056	23.027
7.08.03.02	Aluguéis	1.930	2.526
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.221	-9.054
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.221	-9.054

INDICADORES OPERACIONAIS

Consolidado

UNIDADES	1T20	1T19	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Operações de cais - contêineres	265.321	254.929	4,1%
Contêineres Cheios	204.757	200.651	2,0%
Contêineres Vazios	60.564	54.278	11,6%
Operações de cais - carga geral (ton)	16.725	68.425	-75,6%
Operações de armazenagem	34.620	29.738	16,4%
LOGÍSTICA			
Operações de armazenagem	12.109	13.262	-8,7%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Veículos movimentados	48.422	48.948	-1,1%
Exportação	37.268	43.025	-13,4%
Importação	11.154	5.923	88,3%

Terminais Portuários

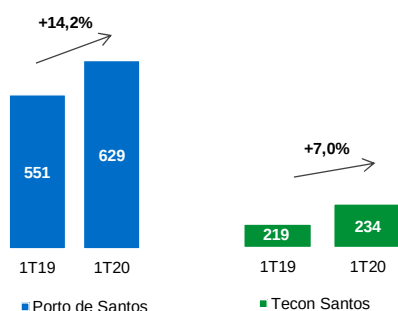
UNIDADES	1T20	1T19	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Tecon Santos	233.779	218.533	7,0%
Contêineres Cheios	184.699	179.609	2,8%
Contêineres Vazios	49.080	38.924	26,1%
Carga Geral (ton)	-	-	-
Tecon Imbituba	10.211	12.649	-19,3%
Contêineres Cheios	6.711	7.288	-7,9%
Contêineres Vazios	3.500	5.361	-34,7%
Carga Geral (ton)	16.698	68.425	-75,6%
Tecon Vila do Conde	21.331	23.747	-10,2%
Contêineres Cheios	13.347	13.754	-3,0%
Contêineres Vazios	7.984	9.993	-20,1%
Carga Geral (ton)	27,0	-	0,0%

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) na economia global impactaram marginalmente o desempenho operacional das unidades de negócio da Santos Brasil no 1T20, considerando a movimentação de contêineres dos terminais, a armazenagem no Tecon Santos e nos CLIAs, bem como as atividades da Santos Brasil Logística e do Terminal de Veículos. As operações do Tecon Santos continuaram crescendo no trimestre, apesar da intensificação dos impactos da crise a partir de março e, também, das dificuldades na cadeia logística global, terrestre e portuária, decorrente de confinamentos (*lockdown*), políticas de isolamento social e de quarentena que ocorreram em praticamente todas as regiões do mundo, especialmente na China.

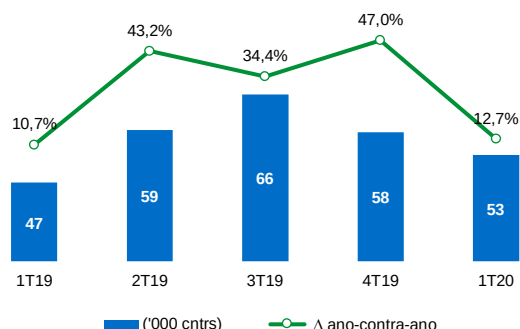
O **Tecon Santos** movimentou 233.779 contêineres no 1T20, aumento de 7,0% em relação ao 1T19. Com o volume movimentado no trimestre, o Tecon Santos apresentou, em base anualizada, utilização de 75% de sua capacidade, obtendo 36,9% de participação de mercado no Porto de Santos (vs. 39,7% no 1T19).

O volume de movimentação de contêineres cheios no Tecon Santos cresceu 2,8% ano-contra-ano no 1T20, somando 184.699 unidades. Deste total, 53.129 unidades foram contêineres de importação, um crescimento de 12,7% no trimestre em relação ao 1T19, representando melhora no mix do terminal, apesar de cinco escalas canceladas em março dos serviços com rota para a Ásia. Em fevereiro, o Tecon Santos operou um navio extra do armador Maersk, movimentando um total de 2.228 contêineres. Na comparação com o mesmo período de 2019, merece atenção a supressão, no 1T20, do volume oriundo do *sling* de exportação do serviço da Ásia liderado pela Maersk, que operou no Tecon Santos entre os meses de janeiro e junho de 2019, cujo volume no 1T19 correspondeu a 17.316 contêineres.

**Movimentação de Contêineres
Porto de Santos vs. Tecon Santos ('000 cntrs)**



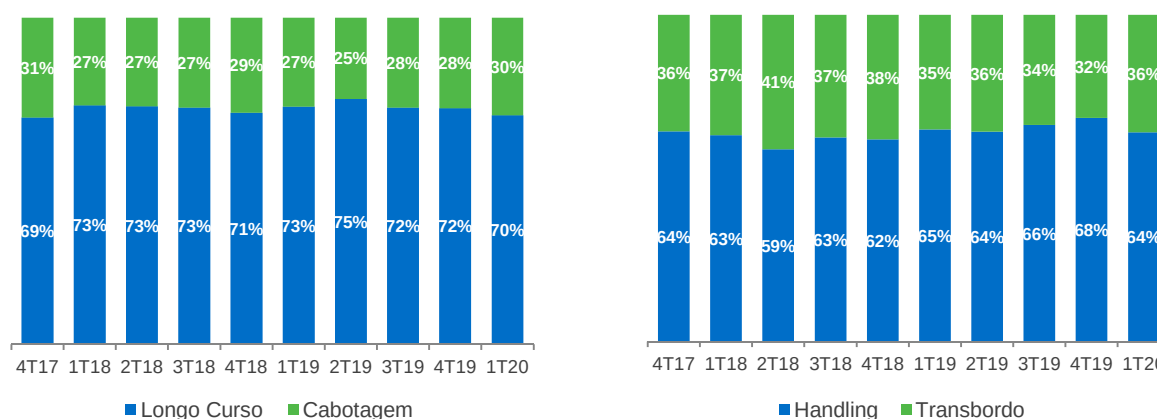
**Contêineres cheios de importação movimentados
(Tecon Santos)**



O **Tecon Imbituba** movimentou 10.211 contêineres no 1T20, 19,3% abaixo do volume do 1T19. A queda é explicada pela redução na movimentação de contêineres de longo curso, que ainda contava com o serviço asiático ASAS em janeiro de 2019, descontinuado no fim do mês, e também pela queda no volume de cabotagem. Entretanto, a redução no volume do terminal no trimestre foi mais acentuada na movimentação de contêineres vazios (-34,7%). No 1T20, o volume de longo curso correspondeu a 3,1% do volume total do terminal (vs. 9,1% no 1T19). As operações de cabotagem, representadas pelo serviço ALCT2, liderado pela Aliança, apresentaram diminuição de 13,9% e corresponderam a 96,9% do total movimentado no terminal (vs. 90,9% no 1T19). Houve, também, retração nas operações do Terminal de Carga Geral de Imbituba ("TCG Imbituba"), com volume movimentado de 16,7 mil toneladas no 1T20, 75,6% inferior ao 1T19, devido à postergação, para os meses seguintes, dos embarques de toras de madeira para exportação.

No **Tecon Vila do Conde**, o volume de contêineres movimentados caiu 10,2% no 1T20 para 21.331 unidades. Essa queda teve como principal responsável uma acentuada redução na movimentação de contêineres vazios em janeiro e fevereiro. Em março, já houve retomada no reposicionamento de contêineres vazios em Vila do Conde, antecipando-se aos embarques previstos para os próximos meses. As operações de longo curso representaram 60,0% do volume total (65,3% no 1T19) e tiveram queda de 17,4% ano-contra-ano. As exportações caíram 20,8%, ainda impactadas pelos menores embarques de manganês devido à menor demanda chinesa e à cotação do preço da commodity ainda em níveis baixos, o que estimula o embarque do minério em navios *break bulk* em detrimento do contêiner. Contudo, as vendas de manganês para a China deram sinais de recuperação no 1T20 em relação ao trimestre anterior, ao mesmo tempo em que os armadores de contêineres se mostram sensíveis em reduzir os níveis de frete para atrair essa carga. Outro destaque nas exportações foi o aumento nos embarques de contêiner refrigerado (reefer), principalmente de carne bovina congelada de frigoríficos localizados no Pará. A movimentação de contêiner reefer, apesar da menor representatividade no volume total movimentado no Tecon Vila do Conde, possui maior valor agregado devido aos serviços adjacentes à operação (i.e. *plug-in/plug-out*, monitoramento, entre outros). Na importação, o volume foi 11,3% menor em relação ao 1T19, impactado pela queda na descarga de contêineres vazios, porém compensada parcialmente pelo aumento no desembarque de contêineres importados cheios. O maior volume de importação foi liderado por insumos e carga de projeto de mineradoras e, principalmente, por fertilizantes. A cabotagem foi outro destaque no 1T20 no Tecon Vila do Conde, mix que respondeu por 40,0% do total movimentado no terminal (vs. 34,7% no 1T19), com aumento de 3,3% no volume ano-contra-ano. Houve queda de volume de contêineres vazios de cabotagem, compensada por um aumento de 44,2% na movimentação de contêineres cheios. O desembarque de alimentos provenientes das regiões Sul e Sudeste do país aumentou, resultado do crescimento do modal de cabotagem no transporte desse tipo de carga no país. Os embarques de cabotagem (*southbound*) também cresceram, com volume crescente no transporte de alumínio para o Porto de Santos e a região do *Plate* (Argentina e Uruguai).

O volume consolidado dos três terminais de contêiner no 1T20 apresentou alta de 4,1%. Nas operações de longo curso, que representaram 70,2% do total movimentado, os volumes de contêineres de importação e exportação apresentaram crescimento de 13,2% e queda de 13,0%, respectivamente, em relação ao 1T19. As operações de cabotagem cresceram 14,0% no 1T20 e representaram 29,8% do volume total movimentado (27,2% no 1T19). As operações de transbordo (longo curso + cabotagem) tiveram aumento de 6,5% no trimestre, representando 35,9% do volume total movimentado (vs. 35,1% no 1T19). No mix de contêineres cheio-vazio, houve ligeira piora, com o volume de cheios correspondendo a 77,2% do total movimentado no 1T20 (vs. 78,7% no 1T19). Na comparação trimestral, o mix de contêineres cheio-vazio melhorou (76,2% no 4T19). O histórico trimestral do mix de contêineres movimentados de longo curso vs. cabotagem e *handling* vs. transbordo está demonstrado nos gráficos a seguir:



O volume total de contêineres armazenados nos terminais portuários teve crescimento de 16,4%, devido ao aumento da movimentação de contêineres cheios de importação no Tecon Santos e no Porto de Santos. O índice de retenção de contêineres cheios de importação para armazenagem manteve-se em patamar elevado, de 58% (vs. 56% no 1T19 e 57% no 4T19). O *dwell time* (tempo médio de permanência de armazenagem dos contêineres cheios de importação) no Tecon Santos foi de 12,0 dias no 1T20, maior em relação ao trimestre anterior (10,9 dias), porém pouco abaixo dos 12,8 dias aferidos no 1T19. A queda ano-contra-ano do *dwell time* no 1T20 pode ser parcialmente atribuída ao acréscimo do volume de contêineres que transitaram sob o regime do “Despacho sobre Águas OEA”, instrumento aduaneiro que permite o registro da DI (declaração de importação) antes da descarga do contêiner no porto de destino. Desse modo, a mercadoria é desembaraçada durante o transporte marítimo, chegando no porto já nacionalizada e pronta para ser retirada pelo importador em até 48 horas. A Companhia estima que o uso do citado regime aduaneiro tenha contribuído com a redução de aproximadamente 0,3 dia no *dwell time* da armazenagem de contêineres cheios de importação do Tecon Santos no 1T20. Por outro lado, o crescimento do *dwell time* em relação ao 4T19 pode ser explicado pela volatilidade cambial no 1T20, incentivando a postergação da nacionalização da carga, e pelos impactos da COVID-19 na logística dos importadores.

Logística

A Santos Brasil Logística apresentou queda ano-contra-ano de 8,7% no volume de contêineres armazenados. As principais causas foram a diminuição da base captável de contêineres na margem direita do Porto de Santos, decorrência da migração de serviços que operavam no terminal Libra Santos para a DPW Santos, e a retração no volume de contêineres importados em todos os serviços asiáticos que operam no Porto de Santos, reflexo dos cancelamentos de escalas (*blank sailing*) realizados pelos armadores devido aos impactos da COVID-19. Entretanto, parte da queda do volume de armazenagem do CLIA Santos foi compensada pela migração de clientes dos serviços de navegação que operavam na Libra Santos para serviços que escalam o Tecon Santos, o que elevou a armazenagem de pátio do terminal. No segmento de Transporte Rodoviário, a SBLog fechou contrato com dois novos clientes, que deverão incrementar o volume transportado nos próximos meses.

Terminal de Veículos

O TEV movimentou 48.422 veículos no 1T20, queda de 1,1% em relação ao 1T19. O destaque no trimestre foi a alta de 88,3% nas importações de veículos, melhorando, portanto, o mix do TEV. Em contrapartida, as exportações caíram 13,4% e representaram 77,0% do total movimentado (87,9% no 1T19). O *dwell time* (tempo médio de permanência dos veículos no pátio do TEV) no 1T20 cresceu para 9,5 dias, de 6,4 dias no 1T19, devido ao aumento das importações. A participação do volume de veículos pesados na movimentação total foi de 6,8% no 1T20, comparada a 7,5% no 1T19 e 13,1% no 4T19.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA BRUTA DOS SERVIÇOS

R\$ milhões	1T20	1T19	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS	179,9	181,7	-1,0%
Operações de cais	93,7	99,3	-5,6%
Operações de armazenagem	86,2	82,5	4,5%
LOGÍSTICA	68,4	69,0	-0,9%
TERMINAL DE VEÍCULOS	15,3	15,7	-2,5%
Eliminações	-2,4	-2,2	9,1%
Consolidado	261,2	264,2	-1,1%

RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS

R\$ milhões	1T20	1T19	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS	157,2	160,0	-1,8%
Operações de cais	84,0	89,5	-6,1%
Operações de armazenagem	73,2	70,5	3,8%
LOGÍSTICA	55,8	56,4	-1,1%
TERMINAL DE VEÍCULOS	13,0	12,8	1,6%
Eliminações	-2,2	-2,0	10,0%
Consolidado	223,8	227,2	-1,5%

Terminais Portuários

A partir de agosto de 2019, a Santos Port Authority (ex-CODESP) passou a cobrar a TUP (Tarifa de Utilização Portuária) diretamente do armador, antes faturada contra os terminais portuários. A Companhia descontou o valor da TUP dos preços praticados (*box rate*), referentes à movimentação de contêineres no cais do Tecon Santos. Desta maneira, resta prejudicada a comparação entre as receitas das operações de cais do 1T20 em relação ao 1T19. Entretanto, como os custos com movimentação deixaram de contemplar os gastos com a TUP, praticamente na mesma proporção da queda ocorrida na receita, não houve impacto no lucro bruto de Terminais Portuários fruto da alteração no regime de cobrança da tarifa.

A receita líquida das operações de armazenagem de Terminais Portuários subiu 3,8% no 1T20, ano-contra-ano, para R\$73,2 milhões, reflexo principalmente do maior volume de contêineres importados armazenados no pátio do Tecon Santos. A receita líquida do Tecon Santos ficou praticamente estável (-0,9%) no 1T20 em relação ao 1T19 e respondeu por 81% do faturamento líquido de Terminais Portuários (vs. 80% no 1T19). A receita líquida do Tecon Imbituba caiu 35% no 1T20, com destaque para o fim do serviço de longo curso da Ásia e o menor volume do Terminal de Carga Geral. A receita líquida do Tecon Vila do Conde teve redução de 6% no 1T20, apesar da queda de volume de 10,2% ano-contra-ano. Em Vila do Conde, o menor volume foi compensado pelo melhor mix de importação e de contêineres cheios, além da receita de armazenagem derivada da movimentação de carga de projeto de mineradoras instaladas na região Norte, devido ao alto valor agregado dos equipamentos importados.

Logística

A receita líquida da Logística caiu marginalmente no 1T20 em relação ao 1T19 (-1,1%), apesar do menor volume de armazenagem dos CLIA's. Os fatores que mitigaram uma queda maior da receita foram o aumento do preço médio de armazenagem, um melhor mix de carga por rota de navegação, com menores volumes de importação da Ásia, cujos produtos possuem valor agregado inferior àqueles importados de outras regiões (i.e. Europa e EUA), e um melhor mix de importação na operação de armazenagem do CLIA Guarujá, com diversificação e maior exposição a cargas de maior valor agregado.

Terminal de Veículos

A receita líquida do TEV no 1T20 cresceu 1,6% em relação ao 1T19, totalizando R\$13,0 milhões. A queda no volume total de veículos e a piora no mix de veículos pesados foram compensadas pelo crescimento das importações de veículos no trimestre, o que resultou no crescimento da receita de armazenagem, operação com margem superior à receita de movimentação.

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

R\$ milhões	1T20	1T19	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Custos com movimentação	17,5	31,6	-44,6%
Custos com pessoal	58,3	60,2	-3,2%
Depreciação e amortização	26,1	23,5	11,1%
Outros custos	24,4	20,7	17,9%
Total	126,3	136,0	-7,1%
LOGÍSTICA			
Custos com movimentação	16,1	14,8	8,8%
Custos com pessoal	13,6	12,5	8,8%
Depreciação e amortização	4,0	4,3	-7,0%
Outros custos	7,2	6,0	20,0%
Total	41,0	37,6	9,0%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Custos com movimentação	3,8	3,7	2,7%
Depreciação e amortização	4,0	3,8	5,3%
Outros custos	1,1	1,7	-35,3%
Total	8,9	9,2	-3,3%
Eliminações	-2,2	-2,0	10,0%
Consolidado	174,0	180,8	-3,8%

Terminais Portuários

Em março de 2019, houve a vinculação de 100% da mão de obra avulsa no Tecon Santos, que reduziu o custo variável relativo à contratação de trabalhadores avulsos para operações de estiva. Em contrapartida, a vinculação elevou, em menor proporção, o custo de pessoal. A mudança vem gerando ganhos de produtividade nas operações portuárias, reduzindo o custo por contêiner movimentado. Outra alteração na estrutura de custos variáveis foi o fim da cobrança da TUP (Tarifa de Utilização Portuária) a partir de agosto de 2019, passando a ser faturada pela Santos Port Authority (ex-CODESP) diretamente dos armadores.

Devido aos efeitos mencionados, a comparação anual dos custos com movimentação no 1T20 fica prejudicada. Quanto aos demais custos operacionais, houve aumento nos custos com manutenção de equipamentos, maiores gastos de TI e com processos judiciais cíveis.

Logística

Os custos variáveis com movimentação subiram 8,8% no 1T20 devido a maiores gastos com frete. Os custos com pessoal subiram 8,8% no 1T20 em relação ao ano anterior, explicado por maiores gastos com processos trabalhistas. Quanto aos “outros custos”, a diferença em relação ao 1T19 refere-se ao aumento de gastos com manutenção, TI e aluguel de máquinas e equipamentos.

Terminal de Veículos

Os custos variáveis do TEV no 1T20 cresceram 2,7% em relação ao 1T19 devido à maior movimentação de veículos leves importados e de veículos pesados importados e exportados (ônibus, caminhões máquinas e equipamentos). Em relação aos “outros custos”, a queda refere-se a menores gastos trabalhistas.

DESPESAS OPERACIONAIS

R\$ milhões	1T20	1T19	Var. %
TERMINAIS PORTUÁRIOS			
Vendas	11,1	12,1	-8,3%
Gerais, administrativas e outras	4,5	4,5	0,0%
Depreciação e amortização	-	-	-
Total	15,6	16,6	-6,0%
LOGÍSTICA			
Vendas	15,6	15,7	-0,6%
Gerais, administrativas e outras	1,4	1,7	-17,6%
Depreciação e amortização	-	-	-
Total	17,0	17,4	-2,3%
TERMINAL DE VEÍCULOS			
Vendas	1,0	0,6	66,7%
Gerais, administrativas e outras	0,2	0,2	0,0%
Depreciação e amortização	-	-	-
Total	1,2	0,8	50,0%
CORPORATIVO			
Gerais e administrativas	11,7	10,3	13,6%
Depreciação e amortização	0,9	0,9	0,0%
Total	12,6	11,2	12,5%
Consolidado	46,4	46,0	0,9%

Terminais Portuários

As despesas com vendas no 1T20 apresentaram queda na comparação ano-contra-ano, com redução nas comissões com vendas. As despesas gerais e administrativas ficaram estáveis na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, porém, houve aumento nas despesas com pessoal e com consultoria/assessoria jurídica, compensado por uma receita extraordinária de R\$2,8 milhões decorrente da variação cambial favorável sobre o valor da indenização a ser paga pela empresa Shanghai Zhenhua, fruto de acordo judicial realizado no 4T19, e pelo efeito positivo não recorrente de R\$0,7 milhão referente à correção de cálculo do FAP (Fator Acidentário de Prevenção), com parte do efeito alocada nas despesas do Corporativo.

Logística

As despesas com vendas apresentaram ligeira queda, decorrência de menores gastos com comissões comerciais, devido aos menores volumes de armazenagem nos CLIA's. As despesas gerais e administrativas registraram queda de 17,6% em relação ao 1T19, com o reconhecimento de receita de R\$0,3 milhão proveniente da venda de semi-reboques que deixaram de ter uso nas operações da Companhia. Mesmo desconsiderando o ganho não recorrente, as despesas gerais e administrativas teriam apresentado redução, reflexo da queda de despesas com serviços compartilhados.

Terminal de Veículos

As despesas operacionais do TEV subiram 50,0% no 1T20 em relação ao 1T19 devido ao maior volume de veículos importados movimentados no terminal, ocasionando um aumento nas despesas com comissão de vendas.

Corporativo

As despesas gerais e administrativas subiram 13,6% em relação ao 1T19 devido a gastos não-recorrentes, no montante de R\$1,8 milhão, com serviços de consultorias estratégicas. Houve, também, efeito positivo não recorrente de R\$0,3 milhão referente à correção de cálculo do FAP, cuja parte também é alocada em Terminais Portuários.

EBITDA E MARGEM EBITDA

R\$ milhões	1T20	Margem %	1T19	Margem %	% Var.
Terminais Portuários	41,4	26,3%	30,9	19,3%	34,0%
Logística	1,9	3,4%	5,6	9,9%	-66,1%
Terminal de Veículos	6,9	53,4%	6,6	51,5%	4,5%
Corporativo	-11,7	-	-10,3	-	13,6%
Consolidado	38,5	17,2%	32,8	14,4%	17,4%
<i>Itens não recorrentes</i>	-2,2	-	3,8	-	-157,9%
Consolidado recorrente	36,3	16,2%	36,6	16,1%	-0,8%

O EBITDA do 1T20 somou R\$38,5 milhões, um crescimento de 17,4% ano-contra-ano, com margem de 17,2%. No trimestre, a Companhia incorreu em itens não recorrentes no montante líquido de R\$2,2 milhões, que afetou positivamente o resultado. As receitas extraordinárias somaram R\$4,0 milhões, representadas pelos seguintes eventos: (i) variação cambial sobre valor de reembolso relacionado ao acordo judicial com a empresa Zhenhua, referente à indenização pela ocupação indevida do cais do Tecon Santos; (ii) venda de semi-reboques; e (iii) correção de cálculo e mudança no índice do FAP (Fator Acidentário de Prevenção). As despesas não-recorrentes somaram R\$1,8 milhão e referiram-se a serviços de consultoria estratégica. Desconsiderando os itens não recorrentes, o EBITDA realizado recorrente do 1T20 foi de R\$36,3 milhões, com margem de 16,2%.

Terminais Portuários

O EBITDA recorrente do segmento Terminais Portuários foi de R\$37,9 milhões no 1T20 (aumento de 12,6% ano-contra-ano), com margem de 24,2%. O aumento nos volumes de cais e armazenagem no Tecon Santos e a melhora no mix de importação foram os principais responsáveis pelo crescimento do EBITDA recorrente no trimestre.

Logística

Expurgando os itens não recorrentes, o EBITDA da Santos Brasil Logística totalizou R\$1,6 milhão no 1T20 (vs. R\$6,2 milhões no 1T19). O resultado da Logística foi impactado principalmente pela queda no volume de armazenagem.

Terminal de Veículos

O EBITDA do TEV somou R\$6,9 milhões no 1T20 (estável ano-contra-ano), com margem de 53,4%. As principais variáveis que impactaram o resultado operacional do TEV foram o menor volume de exportação para o mercado argentino, compensado pelo aumento na importação de veículos.

Corporativo

Representado por despesas corporativas, o EBITDA recorrente corporativo do 1T20 foi de R\$10,1 milhões negativos, praticamente estável em comparação ao 1T19.

LUCRO LÍQUIDO

R\$ milhões	1T20	1T19	Var. %
EBITDA	38,5	32,8	17,4%
Depreciação e Amortização	35,1	32,5	8,0%
EBIT	3,4	0,3	1033,3%
Resultado Financeiro	-22,4	-13,0	-72,3%
IRPJ / CSLL	5,7	3,6	58,3%
Lucro Líquido	-13,3	-9,1	-46,2%

A Companhia apurou prejuízo líquido de R\$13,3 milhões no 1T20, comparado ao prejuízo líquido de R\$9,1 milhões no 1T19.

DÍVIDA E DISPONIBILIDADES

R\$ milhões	Moeda	31/03/2020	31/03/2019	Var. %
Curto Prazo	Nacional	47,6	108,0	-55,9%
	Estrangeira	4,4	34,6	-87,3%
Longo Prazo	Nacional	370,9	61,9	499,2%
	Estrangeira	13,1	13,4	-2,2%
Endividamento Total		436,0	217,9	100,1%
Caixa e aplicações financeiras		372,9	249,3	49,6%
Dívida Líquida		63,1	-31,4	-
Dívida Líquida / EBITDA pró-forma UDM*		0,50x	-0,35x	

* Últimos 12 meses

A Companhia encerrou o 1T20 com caixa e aplicações financeiras no montante de R\$372,9 milhões, dívida líquida de R\$63,1 milhões e índice de alavancagem de 0,50 vezes a dívida líquida/EBITDA pró-forma (considerando os custos de arrendamento e aluguel) dos últimos 12 meses.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins, que são efetuadas pelas filiais operacionais: Tecon Santos e Tecon Imbituba.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	31.03.2020	31.12.2019
Controladas diretas:		
Numeral 80 Participações S.A. (“Numeral 80”) *	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (“Pará Empreendimentos”) **	100	100
Santos Brasil Logística S.A. (“Santos Brasil Logística”)	100	100
Terminal Portuário de Veículos S.A. (“TPV”)	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. (“Terminal de Veículos/TEV”)	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (“Tecon Vila do Conde”)	100	100

* Companhia dormente;

** Holding.

Exploração de área no cais do Saboó

Em 19 de novembro de 2019, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado que no âmbito do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 01/2019 para explorar provisoriamente três áreas no cais do Saboó, na margem direita do Porto de Santos – a sua oferta final pela Área 2 foi considerada a mais vantajosa para o Porto de Santos e, portanto, a melhor classificada.

Trata-se da exploração transitória de uma área de 42.000 m², pelo prazo de 180 dias, onde a Companhia movimentará carga geral, reforçando a sua participação no Porto de Santos e a ampliação dos serviços ofertados à sua base atual e potencial de clientes, também na margem direita do porto.

A Companhia aguarda o tramite legal de finalização do processo seletivo para assinatura do contrato.

Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. A epidemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado que, somadas a seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza dos agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do COVID-19, a Companhia e suas controladas poderá se for necessário, revisar a projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020. Entretanto, dado que o quadro do COVID-19 se altera constantemente, num prazo mais longo, torna-se incerta e imprecisa a quantificação dos impactos adversos que provocará no comércio global, na atividade econômica brasileira e, também, nos negócios da Companhia e de suas controladas, inclusive pós-crise sanitária.

Em 18 de março de 2020, foi Comunicado ao Mercado os impactos tangíveis no Tecon Santos, como cancelamento de algumas escalas de navios entre os meses de março e abril de 2020, estimando uma redução no volume entre 6.000 a 8.000 contêineres.

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 5, as aplicações financeiras foram diretamente impactadas, fazendo com que a Companhia, no início de abril, tomasse as devidas ações, migrando as aplicações de fundos de investimentos para Certificados de Depósitos Bancários - CDBs.

A Administração avalia de forma constante e tempestiva o impacto do COVID-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, tomando ações e medidas que busquem assegurar a continuidade de suas operações, zelando pela segurança, saúde e integridade de seus funcionários e demais stakeholders. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as operações da Companhia e de suas controladas seguem funcionando regularmente, sem interrupções ou paralisações.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2020, não ocorreram mudanças no contexto operacional nem nos compromissos assumidos pela Companhia e por suas controladas, em relação às informações divulgadas nas demonstrações contábeis, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As presentes informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas conforme IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e também de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 06 de maio de 2020.

Não houve mudança na base de mensuração, na moeda funcional e de apresentação nem no uso de estimativas e julgamentos, em comparação com aquela apresentada nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, divulgadas em 05 de março de 2020.

Assim, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis daquele exercício.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2020, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis aplicadas pela Companhia e por suas controladas, conforme detalhado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, sendo mantida a mesma consistência para o período apresentado nestas informações trimestrais.

4. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Dividendos a receber – controladora

	31.03.2020	31.12.2019
Ativo circulante:		
Dividendos a receber:		
Controladas diretas:		
Pará Empreendimentos Financeiros S.A.	1.322	1.322
Terminal de Veículos de Santos S.A.	2.310	2.310
	<u>3.632</u>	<u>3.632</u>

b) Outros saldos relevantes

	Controladora		Consolidado (*)	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)	349	428	1.519	1.258
Contas correntes (II)	1.055	1.035	1.055	1.035
	<u>1.404</u>	<u>1.463</u>	<u>2.574</u>	<u>2.293</u>
Passivo circulante:				
Fornecedores	1.170	830	1.519	1.258
Contas correntes (II)	-	-	1.055	1.035
	<u>1.170</u>	<u>830</u>	<u>2.574</u>	<u>2.293</u>

(*) Valores eliminados na consolidação

- (I) A Companhia e suas controladas prestam serviços portuários e de transporte entre si, conforme nota explicativa nº 4.c);
- (II) Referem-se à provisão de despesas com serviços administrativos compartilhados prestados pela Companhia às suas controladas.

c) Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou, no período de janeiro a março de 2020, serviços portuários à controlada Santos Brasil Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$184 (R\$197 em 31 de março de 2019), referente a 702 contêineres movimentados (814 contêineres em 31 de março de 2019); (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$197 (R\$130 em 31 de março de 2019), referente a 1.988 contêineres (1.309 contêineres em 31 de março de 2019); (iii) monitoramento *reefers*, no montante de R\$2 (R\$4 em 31 de março de 2019), referente a 4 contêineres (7 contêineres em 31 de março de 2019); e (iv) conexão e desconexão de contêineres *reefers*, no montante de R\$1.

A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período à filial operacional Tecon Santos: (i) serviço de transporte de contêineres, no montante de R\$1.994 (R\$1.855 em 31 de março de 2019), referente a 2.381 contêineres (2.132 contêineres em 31 de março de 2019); (ii) agenciamento de carga, no montante de R\$12 (R\$23 em 31 de março de 2019), referente a 440 contêineres (870 contêineres em 31 de março de 2019). Em 31 de março de 2019, além desses serviços tínhamos outros, no montante de R\$7.

d) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora			
	31.03.2020		31.03.2019	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	459	2.408	459	3.335
Outros benefícios	-	107	-	140
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	563	-	1.086
Total	459	3.078	459	4.561

	Consolidado			
	31.03.2020		31.03.2019	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	464	2.471	464	3.458
Outros benefícios	-	107	-	140
Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações	-	563	-	1.086
Total	464	3.141	464	4.684

Nos valores da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e Não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Os diretores acionistas possuem 0,39% das ações com direito a voto da Companhia.

e) Benefícios a colaboradores – Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrada pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de março de 2020, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$13.885 (R\$12.820 em 31 de março de 2019), correspondentes a 6,20% e 5,64% da receita líquida consolidada, respectivamente.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de março de 2020, a Companhia e as demais controladas, tinham provisionado o montante de R\$2.079 (R\$1.377 em 31 de março de 2019). Em 31 de dezembro de 2019, apenas a controlada Santos Brasil Logística tinha o montante de R\$ 164 provisionado por ter atingido as metas e/ou critérios para provisão para plano de participação nos resultados.

f) Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

- Aval da aquisição de carretas, para o Tecon Vila do Conde, no montante de R\$1.227;
- Aval da aquisição de caminhões, para o Tecon Vila do Conde, no montante de R\$1.482;
- Devedor solidário da aquisição de guindaste, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 3.635, equivalente a R\$20.815;
- Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de cheio, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 678, equivalente a R\$3.884;
- Devedor solidário da aquisição de empilhadeira de vazio, para o Tecon Vila do Conde, no montante de EUR 271, equivalente a R\$1.552.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS E NATUREZA DAS APLICAÇÕES

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Caixa e saldo em bancos	1.072	2.550	3.246	5.991
Aplicações financeiras	105.922	105.912	267.530	260.385
Total	106.994	108.462	270.776	266.376

b) Outras aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Aplicações financeiras	102.121	159.067	102.121	159.067

c) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Controladora	
			31.03.2020	31.12.2019
Fundos de investimento (*)	(2,13)	Indeterminado	208.043	264.979

(*) Fundo não exclusivo

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Consolidado	
			31.03.2020	31.12.2019
Fundos de investimento (*)	28,61	Indeterminado	369.651	419.452

(*) Fundo não exclusivo

As aplicações financeiras de curto prazo, consideradas como equivalentes de caixa possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a março de 2020 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Em meio às incertezas causadas pela disseminação do Covid-19, os impactos econômicos globais estão gerando muita volatilidade no mercado, impactando o desempenho dos ativos de crédito privado no mercado local.

A aversão a risco em torno desse evento tem causado abertura de spreads no mercado, que combinada com uma baixa liquidez no mercado secundário, trouxe marcações negativas aos fundos de crédito. Até mesmo os Fundos Referenciados DI com crédito privado, indicados para clientes com perfil conservador, tiveram fortes impactos em suas cotas e rentabilidades.

Com o objetivo de minimizar esses impactos, no início de abril a Companhia migrou os recursos alocados em fundos de investimento para Certificado de Depósito Bancário - CDB. As novas aplicações possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante

	Controladora	
	31.03.2020	31.12.2019
No País	90.966	90.739
A Faturar	4.110	3.112
Partes relacionadas (nota explicativa nº 4.b))	349	428
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(14.213)	(12.927)
Total	81.212	81.352

	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
No País	129.346	129.694
A Faturar	7.221	5.072
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(15.563)	(14.334)
Total	121.004	120.432

Em 31 de março de 2020, três clientes possuem saldo entre 9% e 6% cada um.

Em 31 de março de 2020, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$1.519 (R\$1.258 em 31 de dezembro de 2019), referente aos valores a receber entre a Companhia e suas controladas, decorrente do faturamento de prestação de serviço e dos serviços administrativos compartilhados, conforme nota explicativa nº 4.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora	
	31.03.2020	31.12.2019
Créditos a vencer	50.281	45.692
Créditos em atraso até 60 dias	14.804	22.629
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	2.173	6.231
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	14.341	9.971
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	8.951	5.607
Créditos em atraso há mais de 361 dias	4.875	4.149
Total	95.425	94.279

	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Créditos a vencer	83.786	75.492
Créditos em atraso até 60 dias	18.693	29.523
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	2.595	7.098
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	15.713	11.165
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	9.440	5.899
Créditos em atraso há mais de 361 dias	6.340	5.589
Total	136.567	134.766

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída com base prospectiva, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão.

Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas e os títulos baixados ao resultado na controladora e no consolidado.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2019	12.927	14.334
Adições, líquida de reversões	5.015	5.036
Baixas	(3.729)	(3.807)
Saldo em 31.03.2020	<u>14.213</u>	<u>15.563</u>
	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.2018	14.347	15.976
Adições, líquida de reversões	13.705	14.986
Baixas	(15.125)	(16.628)
Saldo em 31.12.2019	<u>12.927</u>	<u>14.334</u>

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Material de manutenção	17.958	17.724	21.077	20.839
Material administrativo	328	308	453	418
Material de segurança	195	271	375	470
Outros	780	853	959	1.044
	<u>19.261</u>	<u>19.156</u>	<u>22.864</u>	<u>22.771</u>

Os materiais mantidos em estoque são utilizados, principalmente, na manutenção de equipamentos operacionais e são reconhecidos no resultado do exercício quando utilizados.

8. PRECATÓRIOS – CONSOLIDADO

	31.03.2020	31.12.2019
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	<u>5.694</u>	<u>5.605</u>
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	<u>4.555</u>	<u>4.484</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outras obrigações”, no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de março de 2020 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

No trimestre findo em 31 de março de 2020, o valor do passivo não circulante foi ajustado, considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

9. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Controladora	
	31.03.2020	31.12.2019
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.616	3.395
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	522	47
Outros	140	4
Total do circulante	4.278	3.446
	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.688	3.492
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.622	910
Crédito a recuperar de Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização - FUNDAF	976	969
Créditos de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.866	1.850
Outros	371	255
Total do circulante	8.523	7.476

Os créditos consolidados de IRRF, no montante de R\$3.688 (R\$3.492 em 31 de dezembro de 2019), referiam-se, principalmente, a aplicações financeiras de anos anteriores.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$1.622 (R\$910 em 31 de dezembro de 2019), referiam-se, principalmente a antecipações nas apurações mensais. Tais créditos serão compensados nas apurações dos exercícios futuros.

Os créditos consolidados de PIS e COFINS, no montante de R\$1.866 (R\$1.850 em 31 de dezembro de 2019), referiam-se à controlada Tecon Vila do Conde, que impetrou mandado de segurança no intuito de excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo foi considerado procedente, gerando o direito creditório, referente ao período de outubro de 2012 a dezembro de 2019. Tais créditos estão sendo compensados nas apurações mensais das próprias contribuições.

Os créditos consolidados de FUNDAF, no montante de R\$976 (R\$969 em 31 de dezembro de 2019), referiam-se, a recolhimento indevido na controlada Tecon Vila do Conde, conforme artigo 6º do Decreto-Lei nº 1437/75, decorrentes de pagamentos efetuados no período de janeiro de 2014 a abril de 2017.

10. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) Composição dos saldos

	31.03.2020	31.12.2019
Ativo não circulante:		
Participações em controladas	398.860	398.460

b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2019

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	207	34	94.206	135.749	168.264	398.460
Aporte de capital	100	-	-	-	-	100
Equivalência patrimonial	(39)	(2)	574	(1.650)	1.417	300
Saldo em 31 de março de 2020	268	32	94.780	134.099	169.681	398.860

(*) Os dividendos pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Investimentos”.

c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2018

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	142	22	70.112	147.428	166.986	384.690
Aporte de capital	200	40	135	-	-	375
Equivalência patrimonial	(135)	(28)	26.246	(991)	9.727	34.819
Dividendo complementar conforme AGO de 30 de abril de 2019 (*)	-	-	-	(7.302)	(6.097)	(13.399)
Dividendos mínimos obrigatórios (*)	-	-	(1.322)	-	(2.310)	(3.632)
Passivo atuarial – Assistência Médica Complementar	-	-	(965)	(3.386)	(42)	(4.393)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	207	34	94.206	135.749	168.264	398.460

(*) Os dividendos pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Investimentos”.

d) Informações das controladas - posição em 31 de março de 2020

	Numeral 80 Participações S.A. ^(a)	Terminal Portuário de Veículos S.A. ^(a)	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	1.430	460	84.484	126.374	128.751
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	986.986	460.000	84.484.349	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	443.014	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(39)	(2)	574	(1.650)	1.417
Patrimônio líquido	268	32	94.780	134.099	169.681
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	268	32	94.780	134.099	169.681
Ativo circulante	263	33	117.293	52.580	47.443
Ativo não circulante	6	-	97.664	170.629	241.709
Total do ativo	269	33	214.957	223.209	289.152
Passivo circulante	1	1	26.659	33.938	11.521
Passivo não circulante	-	-	93.518	55.172	107.950
Total do passivo	1	1	120.177	89.110	119.471
Receita líquida	-	-	24.170	55.833	12.976
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(39)	(2)	574	(1.650)	1.417

(a) Companhia com atividade operacional paralisada.

11. IMOBILIZADO

	Controladora										
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Outros itens	Total
Taxa de depreciação (% a.a.)	9,5	8,6	-	20	-	10	10	20	1,7	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	43	13.036	28.503	3.264	39.943	7.415	1.640	89	1.893	21	95.847
Movimentações											
Aquisições / transferências	-	876	19.926	258	-	166	103	455	-	96	21.880
Baixas	-	(75)	-	(1)	-	(1)	(2)	-	-	-	(79)
Reclassificações (**)	2.038	(2)	(23.018)	1	-	-	-	-	-	-	(20.981)
Depreciações	(2.001)	(2.548)	-	(1.711)	-	(1.933)	(449)	(47)	(33)	(21)	(8.743)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	80	11.287	25.411	1.811	39.943	5.647	1.292	497	1.860	96	87.924
Saldos em 31 de dezembro de 2019											
Custo	4.092	56.683	25.411	37.807	39.943	27.135	9.530	1.988	1.955	347	204.891
Depreciação acumulada	(4.012)	(45.396)	-	(35.996)	-	(21.488)	(8.238)	(1.491)	(95)	(251)	(116.967)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	80	11.287	25.411	1.811	39.943	5.647	1.292	497	1.860	96	87.924
Taxa de depreciação (% a.a.)	9,5	8,6	-	20	-	10	10	20	1,7	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	80	11.287	25.411	1.811	39.943	5.647	1.292	497	1.860	96	87.924
Movimentações											
Aquisições / transferências	-	-	4.312	-	-	-	-	-	-	-	4.312
Baixas	-	(106)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(107)
Depreciações	(8)	(545)	-	(268)	-	(476)	(109)	(34)	(8)	(7)	(1.455)
Saldos líquidos em 31 de março de 2020	72	10.636	29.723	1.542	39.943	5.171	1.183	463	1.852	89	90.674
Saldos em 31 de março de 2020											
Custo	4.092	56.408	29.723	37.807	39.943	27.135	9.530	1.988	1.955	347	208.928
Depreciação acumulada	(4.020)	(45.772)	-	(36.265)	-	(21.964)	(8.347)	(1.525)	(103)	(258)	(118.254)
Saldos líquidos em 31 de março de 2020	72	10.636	29.723	1.542	39.943	5.171	1.183	463	1.852	89	90.674

(*) O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

	Consolidado											
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (*)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Outros itens	Total
Taxa de depreciação (% a.a.)	5,9 - 9,5	8,6 - 12,6	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	18,5 - 37,5	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	4.052	42.607	69.163	3.645	66.368	11.682	20.161	89	20.484	-	24	238.275
Movimentações												
Aquisições / transferências	-	5.485	21.733	2.255	-	390	139	455	-	38.314	127	68.898
Baixas	-	(83)	-	(1)	-	(2)	(2)	-	-	-	-	(88)
Reclassificações (**)	2.038	(2)	(60.819)	1	-	554	-	-	-	-	-	(58.228)
Depreciações	(2.474)	(8.105)	-	(1.868)	-	(2.981)	(4.354)	(47)	(539)	(8.407)	(27)	(28.802)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	3.616	39.902	30.077	4.032	66.368	9.643	15.944	497	19.945	29.907	124	220.055
Saldos em 31 de dezembro de 2019												
Custo	12.880	144.874	30.077	48.661	66.368	45.212	57.564	2.176	27.136	38.314	763	474.025
Depreciação acumulada	(9.264)	(104.972)	-	(44.629)	-	(35.569)	(41.620)	(1.679)	(7.191)	(8.407)	(639)	(253.970)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	3.616	39.902	30.077	4.032	66.368	9.643	15.944	497	19.945	29.907	124	220.055
Taxa de depreciação (% a.a.)	5,9 - 9,5	8,6 - 12,6	-	20	-	10	10	20	1,7 - 2,2	18,5 - 37,5	10	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	3.616	39.902	30.077	4.032	66.368	9.643	15.944	497	19.945	29.907	124	220.055
Movimentações												
Aquisições / transferências	137	-	3.858	2	-	271	-	-	-	2.580	-	6.848
Baixas	-	(288)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	(289)
Depreciações	(121)	(1.780)	-	(394)	-	(720)	(1.062)	(34)	(134)	(2.420)	(9)	(6.674)
Saldos líquidos em 31 de março de 2020	3.632	37.834	33.935	3.639	66.368	9.194	14.882	463	19.811	30.067	115	219.940
Saldos em 31 de março de 2020												
Custo	13.017	143.692	33.935	48.662	66.368	45.485	57.564	2.176	27.136	40.894	763	479.692
Depreciação acumulada	(9.385)	(105.858)	-	(45.023)	-	(36.291)	(42.682)	(1.713)	(7.325)	(10.827)	(648)	(259.752)
Saldos líquidos em 31 de março de 2020	3.632	37.834	33.935	3.639	66.368	9.194	14.882	463	19.811	30.067	115	219.940

(*) O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

(**) Reclassificações, principalmente, para o intangível.

Os custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados no trimestre findo em 31 de março de 2020 foram de R\$1.083 referentes aos empréstimos e financiamentos não diretamente atribuíveis as imobilizações da Companhia com taxa média de juros de 5,20% a.a. Em 31 de dezembro de 2019 foram de R\$3.243 eram compostos por: (i) R\$323 referente aos empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis a imobilizações da controlada Tecon Vila do Conde; e (ii) R\$2.920 referente aos não diretamente atribuíveis da Companhia com taxa média de juros de 7,30% a.a.

A Companhia possui equipamento que foi dado em garantia ao financiamento da respectiva aquisição (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME). O valor de custo desse ativo foi de R\$298. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas (“*Rubber Tyred Gantry – RTG*”), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 31 de março de 2020, tinha o valor contábil de R\$598.

12. INTANGÍVEL

Controladora								
Vida útil definida								
	Direito de exploração			Ágio nas aquisições		Softwares	Outros intangíveis	Total
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Ações da Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento
Taxa de amortização (% a.a.)	5,3	4,7	4,6	3,1	6,3	4,4	20	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	847.880	622.688	11.960	71.884	2.537	11.037	431	3.120
Movimentações								
Aquisições / transferências	39.352	38.626	268	-	-	-	75	79.635
Reclassificações (*)	(1.153)	28	(1)	-	-	-	4	22.102
Amortizações	(37.889)	(46.277)	(912)	(2.486)	(172)	(828)	(149)	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	69.398	2.365	10.209	361	104.857
Saldos em 31 de dezembro de 2019								
Custo	1.604.227	1.001.328	19.566	321.264	37.760	18.983	22.518	104.857
Amortização acumulada	(756.037)	(386.263)	(8.251)	(251.866)	(35.395)	(8.774)	(22.157)	-
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	69.398	2.365	10.209	361	104.857
Taxa de amortização (% a.a.)	5,3	4,7	4,6	3,1	6,3	4,4	20	-
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	848.190	615.065	11.315	69.398	2.365	10.209	361	104.857
Movimentações								
Aquisições / transferências	-	-	294	-	-	-	-	56.886
Baixa	(136)	-	-	-	-	-	-	-
Amortizações	(10.273)	(11.760)	(230)	(621)	(43)	(207)	(32)	-
Saldos líquidos em 31 de março de 2020	837.781	603.305	11.379	68.777	2.322	10.002	329	161.743
Saldos em 31 de março de 2020								
Custo	1.568.413	1.001.328	19.860	321.264	37.760	18.983	22.518	161.743
Amortização acumulada	(730.632)	(398.023)	(8.481)	(252.487)	(35.438)	(8.981)	(22.189)	-
Saldos líquidos em 31 de março de 2020	837.781	603.305	11.379	68.777	2.322	10.002	329	161.743

(*) Reclassificações do imobilizado.

	Consolidado											
	Vida útil definida										Vida útil indefinida	Total
	Direito de exploração					Ágio nas aquisições		Softwares	Outros intangíveis		Ágio nas aquisições	
	Tecon Santos	Tecon Imbituba	TCG Imbituba	Tecon Vila do Conde	Terminal de Veículos/ TEV	Ações da Santos-Brasil S.A.	Pará Empreendimentos	TCG Imbituba	Sistema de processamento de dados	Intangível em andamento	Santos Brasil Logística (*)	
Taxa de amortização (% a.a.)	5,3	4,7	4,6	7,4	4,2	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2019	847.880	622.688	11.960	17.356	235.736	71.884	2.536	11.037	650	3.120	39.465	1.864.312
Movimentações												
Aquisições / transferências	39.352	38.626	268	8.901	9.618	-	-	-	75	88.635	-	185.475
Reclassificações (**)	(1.153)	28	(1)	36.941	(554)	-	-	-	649	22.317	-	58.227
Amortizações	(37.889)	(46.277)	(912)	(2.777)	(15.225)	(2.486)	(171)	(828)	(283)	-	-	(106.848)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	60.421	229.575	69.398	2.365	10.209	1.091	114.072	39.465	2.001.166
Saldos em 31 de dezembro de 2019												
Custo	1.604.227	1.001.328	19.566	103.659	360.253	321.264	37.760	18.983	32.202	114.072	47.576	3.660.890
Amortização acumulada	(756.037)	(386.263)	(8.251)	(43.238)	(130.678)	(251.866)	(35.395)	(8.774)	(31.111)	-	(8.111)	(1.659.724)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	848.190	615.065	11.315	60.421	229.575	69.398	2.365	10.209	1.091	114.072	39.465	2.001.166
Taxa de amortização (% a.a.)	5,3	4,7	4,6	7,4	4,2	3,1	6,3	4,4	20	-	-	
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2020	848.190	615.065	11.315	60.421	229.575	69.398	2.365	10.209	1.091	114.072	39.465	2.001.166
Movimentações												
Aquisições / transferências	-	-	294	641	11.175	-	-	-	-	58.740	-	70.850
Baixa	(136)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(136)
Amortizações	(10.273)	(11.760)	(230)	(1.232)	(3.949)	(621)	(43)	(207)	(72)	-	-	(28.387)
Saldos líquidos em 31 de março de 2020	837.781	603.305	11.379	59.830	236.801	68.777	2.322	10.002	1.019	172.812	39.465	2.043.493
Saldos em 31 de março de 2020												
Custo	1.568.413	1.001.328	19.860	104.300	371.428	321.264	37.760	18.983	32.202	172.812	47.576	3.695.926
Amortização acumulada	(730.632)	(398.023)	(8.481)	(44.470)	(134.627)	(252.487)	(35.438)	(8.981)	(31.183)	-	(8.111)	(1.652.433)
Saldos líquidos em 31 de março de 2020	837.781	603.305	11.379	59.830	236.801	68.777	2.322	10.002	1.019	172.812	39.465	2.043.493

(*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

(**) Reclassificações do imobilizado.

Não houve mudança nas condições dos direitos de exploração e dos ágios nas aquisições com vida útil definida e indefinida, em comparação com aquelas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora		Moeda da Transação
				31.03.2020	31.12.2019	
Moeda nacional:						
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTJLP	Mensal	96	115	R\$
NCE (a)	1,85% a.a.	CDI	Semestral	60.960	60.028	R\$
				<u>61.056</u>	<u>60.143</u>	
Total				<u>61.056</u>	<u>60.143</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(41.037)	(40.104)	
Parcelas de longo prazo				20.019	20.039	
	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado		Moeda da Transação
				31.03.2020	31.12.2019	
Moeda nacional:						
FINAME	TJLP + 5,50% a.a.	URTJLP	Mensal	96	115	R\$
FINAME	TLP + 4,60% a.a.	UMSELIC	Mensal	1.860	2.011	R\$
NCE (a)	1,85% a.a.	CDI	Semestral	60.960	60.028	R\$
				<u>62.916</u>	<u>62.154</u>	
Moeda estrangeira:						
FINIMP (*)	EURIBOR + 3,02% a.a.	Variação cambial	Semestral	17.554	15.771	€
				<u>17.554</u>	<u>15.771</u>	
Total				<u>80.470</u>	<u>77.925</u>	
(-) Parcelas de curto prazo				(46.092)	(44.387)	
Parcelas de longo prazo				34.378	33.538	

(*) O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde possui *covenants*.

- (a) Em 22 de junho de 2018 foi celebrado o aditamento da operação NCE - Nota de Crédito à Exportação Itaú alterando o vencimento de junho de 2020 para junho de 2021, referente captação de R\$100.000, realizada em 21 de junho de 2017. Também houve alteração no percentual da taxa acrescida do CDI, alterando de 2,00% a.a. para 1,85% a.a.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Saldo inicial	60.143	205.347	77.925	227.395
Captação	-	-	-	-
Juros e custos apropriados	727	9.291	973	9.828
Juros capitalizados	208	2.920	208	3.243
Var. monetária e cambial	-	2.176	3.874	2.581
(-) Amortização da dívida	(19)	(142.380)	(2.117)	(147.006)
(-) Juros pagos ^(*)	(3)	(17.211)	(393)	(18.116)
Saldo final	61.056	60.143	80.470	77.925

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Financiamentos”.

O FINIMP da controlada Tecon Vila do Conde, possui *covenant*, a ser apurado pela Companhia, decorrente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, cujo quociente deverá ser igual ou inferior a 2,5 (vezes), tendo por base as Demonstrações Contábeis Consolidadas auditadas da Companhia.

Em 31 de março de 2020, o índice (“*covenants*”) estava sendo atendido, conforme segue:

	Consolidado 31.03.2020
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	270.776
Aplicações financeiras	102.121
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	80.470
Debêntures	355.580
Arrendamento mercantil	31.191
Dívida líquida	94.344
EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses	227.358
Dívida líquida / EBITDA (LAJIDA) igual ou inferior a 2,5 vezes	0,4

Garantias

- Garantias concedidas

	Vencimento	Moeda	Garantias
FINAME	Junho/21	R\$	Equipamento objeto da transação ^(a)

(a) Conforme nota explicativa nº 11.

Os demais empréstimos e financiamentos não possuem garantias.

- Garantias obtidas

Na data-base de 31 de março de 2020, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de março de 2020, a dívida de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora	
	2021	Total
NCE	20.000	20.000
FINAME	19	19
Total	<u>20.019</u>	<u>20.019</u>

	Consolidado				
	2021	2022	2023	2024	Total
NCE	20.000	-	-	-	20.000
FINAME	483	619	150	-	1.252
FINIMP	2.188	4.375	4.375	2.188	13.126
Total	<u>22.671</u>	<u>4.994</u>	<u>4.525</u>	<u>2.188</u>	<u>34.378</u>

14. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora	
				31.03.2020	31.12.2019
Debêntures	0,70% a 1,00% a.a.	CDI	Anual	<u>295.755</u>	<u>299.985</u>
(-) Parcelas de curto prazo				(214)	(4.645)
Parcelas de longo prazo				295.541	295.340

	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado	
				31.03.2020	31.12.2019
Debêntures	0,70% a 1,00% a.a.	CDI	Anual	295.755	299.985
Debêntures	4,20% a.a.	IPCA	Semestral	59.825	58.486
				<u>355.580</u>	<u>358.471</u>
(-) Parcelas de curto prazo				(5.941)	(9.689)
Parcelas de longo prazo				349.639	348.782

- (a) Em 20 de fevereiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a realização da 4ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 2 séries, da espécie quirografária, no montante total de R\$300.000.

Em 26 de abril de 2019, foi finalizado o Procedimento de *Bookbuilding* e em 30 de abril de 2019 a operação foi liquidada. A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais obtidas e a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão:

Série	Vencimento	Taxa final (<i>Bookbuilding</i>)	Volume Alocado (R\$)
1ª Série	25 de março de 2024	CDI + 0,70% a.a.	100.000
2ª Série	25 de março de 2026	CDI + 1,00% a.a.	200.000

- (b) Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da controlada indireta Tecon Vila do Conde, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R\$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controladora Santos Brasil deliberou a concessão de garantia para essa emissão. A operação foi liquidada em 03 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R\$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Saldo inicial	299.985	-	358.471	-
Captação	-	300.000	-	360.000
(-) Custo das captações	(14)	(5.228)	(244)	(7.234)
Valor líquido captado	299.971	294.772	358.227	352.766
Juros e custos apropriados	3.106	13.885	3.777	14.086
Juros capitalizados	875	-	875	-
Variação monetária s/ principal	-	-	898	291
(-) Juros pagos (*)	(8.197)	(8.672)	(8.197)	(8.672)
Saldo final	295.755	299.985	355.580	358.471

(*) Os juros pagos estão sendo apresentados na “Demonstração de Fluxo de Caixa” na rubrica “Atividade de Financiamentos”.

Com base na cláusula 6.27.2, inciso XXI, da Escritura da Quarta Emissão da Santos Brasil e na cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado (conforme definido abaixo), que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia.

Em 31 de março de 2020 o índice financeiro estava sendo atendido, conforme segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31.03.2020</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	270.776
Aplicações financeiras	102.121
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	80.470
Debêntures	355.580
Arrendamento mercantil	31.191
Dívida líquida	94.344
EBITDA ajustado (*)	123.510
Dívida líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0 vezes	0,8

(*) Para fins de apuração do índice financeiro, "EBITDA ajustado" significa, com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia relativas aos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, o resultado de EBITDA menos os pagamentos sobre obrigações com poder concedente (demonstração do fluxo de caixa) referente às parcelas fixa e variável mínima dos contratos de arrendamento.

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários, trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas informações contábeis intermediárias em virtude de serem considerados como de chance de perda provável. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.03.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Provisão trabalhista (a)	16.525	16.124
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	8.780	9.554
Outros processos (d)	3.702	3.486
Total	<u>29.007</u>	<u>29.164</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Provisão trabalhista (a)	18.812	18.491
Provisão para processo FAP (b)	11.265	12.026
Outros processos (d)	7.179	6.976
Total	<u>37.256</u>	<u>37.493</u>

Os valores dos depósitos judiciais eram:

	Controladora	
	31.03.2020	31.12.2019
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	4.281	4.365
Processo FAP (b)	5.673	5.639
Processo CADE - multa (c)	2.320	2.310
Processo CADE - faturamento TRA (c)	204.320	200.802
Outros processos (d)	1.053	1.053
Outros depósitos judiciais (e)	41.755	41.610
Subtotal	259.402	255.779
Relativo a fornecedor:		
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	15.083	15.083
OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra (g)	5.095	3.908
Subtotal	20.178	18.991
Total	279.580	274.770

	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	5.255	5.386
Processo FAP (b)	7.123	7.080
Processo CADE - multa (c)	2.320	2.310
Processo CADE - faturamento TRA (c)	204.320	200.802
Outros processos (d)	1.053	1.053
Outros depósitos judiciais (e)	48.793	48.779
Subtotal	268.864	265.410
Relativo a fornecedor:		
SCPar (f)	15.083	15.083
OGMO (g)	5.095	3.908
Subtotal	20.178	18.991
Total	289.042	284.401

- (a) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$16.525, para os quais existem depósitos judiciais de R\$4.281 e 32 seguros garantindo o montante de R\$55.632; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$2.149, para os quais existem depósitos judiciais de R\$934; e (iii) da controlada Tecon Vila do Conde, provisionados no montante de R\$138, para os quais existem depósitos judiciais de R\$40 e 4 seguros garantindo o montante de R\$4.808.

- (b) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$5.673, e de suas controladas composto de: (i) R\$1.357 - Santos Brasil Logística; (ii) R\$66 - Tecon Vila do Conde; e (iii) R\$27 - Terminal de Veículos/TEV. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.
- (c) Os depósitos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos Terminais Retroportuários Alfandegados - TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada no âmbito do CADE a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$138.803 e R\$2.320, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$65.517. Os impostos incidentes sobre o faturamento TRA, no montante de R\$54.865 (R\$53.572 em 31 de dezembro de 2019), estão classificados no passivo não circulante.

A mencionada ação judicial foi julgada em primeira instância de forma parcialmente favorável à Companhia em 4 de setembro de 2013, pois decisão anulou a decisão do CADE no que se refere ao impedimento da cobrança dos serviços de segregação e entrega, mas manteve a multa imposta por entender que teria o CADE exercido a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIREXE nº 371.2005 e nº 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem à lide.

A Companhia interpôs Embargos de Declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o trânsito em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia.

Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos para a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a classificar o processo judicial como de “perda remota” até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria.

Quanto ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau proferiu decisão contrária, que foi mantida pelo TRF ao negar antecipação de tutela recursal no Agravo de Instrumento por entender inexistir, neste momento processual, o “*periculum in mora*”, justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez a não disponibilidade desses valores para a Companhia.

Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litisconsortes no processo e o terceiro contestando judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou, em 2013, a reversão parcial da provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a esses TRAs.

Em 26 de março de 2015 foi publicado o acórdão em que a Colenda 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, julgou o reexame necessário (recurso do próprio juiz) e as apelações interpostas pelas partes, decidiu, por unanimidade: (i) dar provimento à remessa oficial, dar provimento parcial ao recurso da Companhia para o fim de anular a decisão do CADE e a consequente imposição de multa; (ii) negar provimento aos recursos do CADE; (iii) dar provimento ao recurso da União Federal para excluí-la da lide; e (iv) julgar prejudicado o pedido formulado na inicial em face da CODESP.

Foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, CADE e Marimex, sendo em 05/2016 publicado acórdão acolhendo parcialmente os embargos opostos pela Marimex e rejeitando os opostos pela Companhia e CADE. A Companhia, CADE e Marimex interpuseram Recurso Especial e a Marimex interpôs também Recurso Extraordinário. Os Recursos Especiais interpostos pela Marimex e o CADE foram admitidos e aguardam os respectivos julgamentos perante o Superior Tribunal de Justiça. O Recurso Especial e o Recurso Extraordinário interposto, respectivamente, pela Companhia e Marimex não foram admitidos. Atualmente, aguarda-se decisão no Agravo de Despacho Denegatório do Recurso Extraordinário interposto pela Marimex.

Com relação à medida cautelar 0008783-19.2005.4.03.6100, em 07 de dezembro de 2017, o processo foi julgado extinto, sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do interesse de agir, de acordo com o art. 267, VI, do CPC/1973, prejudicadas as apelações. O acórdão foi publicado em 25 de abril de 2018, tendo sido certificado o trânsito em julgado em 11 de dezembro de 2018.

Assim, em razão do exposto acima e considerando as chances remotas de perdas por seus assessores jurídicos externos, a Companhia, no exercício de 2015, efetuou a reversão da parcela remanescente da provisão para contingências constituída até a sentença retromencionada.

- (d) O provisionamento consolidado, no montante de R\$7.179, refere-se, principalmente: (i) à ação regressiva da seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, no montante de R\$1.337; (ii) à Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da Prefeitura Municipal de Santos, no montante de R\$3.063; (iii) auto de infração da União Federal, no montante de R\$200; (iv) ação anulatória de débitos fiscais, no montante de R\$1.614; e (v) outros processos, no montante de R\$965.
- (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.504 e R\$9.532, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.896; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$17.296; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$8.842. Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$3.383 e a processos trabalhistas, no montante de R\$1.398; (ii) controlada Tecon Vila do Conde, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$666, outros depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R\$1.578, e a bloqueios judiciais, no montante de R\$7; e (iii) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$6.

- (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto e propôs ação de consignação em pagamento para depósito, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2017, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante, no montante de R\$15.021, na rubrica "Fornecedores". Em 27 de agosto de 2018, a ação foi julgada procedente, declarando a extinção da obrigação da Companhia, reconhecendo a SCPAR como credora dos valores depositados referentes ao período contratual após 25 de dezembro de 2013 e reconhecendo a Companhia Docas de Imbituba como credora dos valores referentes ao período contratual que antecede o fim da concessão. A SCPAR e a Companhia Docas de Imbituba opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada. Os embargos opostos pela Companhia Docas de Imbituba foram acolhidos corrigindo a data do termo final do Contrato (de 25 de dezembro de 2013 para 25 de dezembro de 2012). Atualmente, o processo encontra-se aguardando o julgamento do Recurso de Apelação.
- (g) Em 30 de março de 2019, a contribuição paga pelos Operadores Portuários ao OGMO - Órgão de Gestão de Mão de Obra, para custear suas despesas administrativas e operacionais, bem como o passivo das ações existentes, passou a ser calculada com base no volume de toneladas movimentadas por cada Operador Portuário. Este novo modelo difere do critério até então vigente, que considerava a quantidade de mão de obra avulsa requisitada ao OGMO para movimentação de carga. Em 1º de abril de 2019, a Ação Ordinária nº 10063282820198260562, visando à nulidade da Assembleia que instituiu a nova forma de contribuição e reconhecendo a ilegalidade de tal critério. Em sede de tutela de urgência, o Juiz da 8ª Vara Cível de Santos, suspendeu os efeitos da mencionada Assembleia, determinando que a Santos Brasil passasse a depositar, em juízo, o excesso controvertido, mantendo o pagamento no critério anterior, diretamente ao OGMO. O processo encontra-se em fase de instrução. Em 31 de março de 2020, esses depósitos representavam o montante de R\$5.095.

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (a), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$3.069 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos".

As movimentações das provisões para contingências, no trimestre findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Controladora					
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.03.2020
Provisão trabalhista	16.124	230	(1.192)	1.363	16.525
Provisão FAP	9.554	58	-	(832)	8.780
Outros processos	3.486	-	(2.446)	2.662	3.702
Total	29.164	288	(3.638)	3.193	29.007
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2019
Provisão trabalhista	19.067	1.340	(11.775)	7.492	16.124
Provisão FAP	11.117	389	-	(1.952)	9.554
Outros processos	2.006	32	(1.051)	2.499	3.486
Total	32.190	1.761	(12.826)	8.039	29.164
Consolidado					
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.03.2020
Provisão trabalhista	18.491	230	(1.557)	1.648	18.812
Provisão FAP	12.026	71	-	(832)	11.265
Outros processos	6.976	-	(2.475)	2.678	7.179
Total	37.493	301	(4.032)	3.494	37.256
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Pagamento de condenação	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2019
Provisão trabalhista	22.120	1.590	(13.627)	8.408	18.491
Provisão FAP	13.839	511	-	(2.324)	12.026
Outros processos	2.360	99	(1.079)	5.596	6.976
Total	38.319	2.200	(14.706)	11.680	37.493

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou a probabilidade de perda positiva ou negativa.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R\$602.223, nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas informações contábeis intermediárias.

A movimentação dos processos possíveis, no trimestre findo em 31 de março de 2020, está demonstrada a seguir:

<u>Natureza da ação</u>	<u>Saldo em 31.12.2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Outras movimentações (*)</u>	<u>Saldo em 31.03.2020</u>
Aduaneira	15.169	-	3	15.172
Cível	39.418	-	(805)	38.613
Trabalhista	77.600	3.960	(1.300)	80.260
Tributária	441.871	4.377	14.251	460.499
Outras	7.712	-	(33)	7.679
Total	581.770	8.337	12.116	602.223

(*) Referem-se, basicamente, a alterações de contingências ou da probabilidade de perda positiva ou negativamente.

Processo Ágio

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos-base de 2006 a 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício agravada e multa isolada, no montante de R\$334.495. A contingência está classificada no quadro anterior como de natureza tributária. Segundo o referido auto de infração, a Numeral 80 teria deixado de adicionar ao lucro real e à base de cálculo da CSLL as despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão.

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal.

Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência da decisão da Delegacia da Receita Federal (1ª Turma da DRJ em São Paulo-I/SP) no sentido de julgar parcialmente procedente as impugnações apresentadas, com a redução da multa de ofício aplicada para 75%. Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de Recurso de Ofício relativamente à redução da multa (de 150% para 75%).

A Companhia e a sua controlada Numeral 80 efetuaram interposição de Recursos Voluntários no prazo regulamentar, sendo que ao recurso da controlada Numeral 80, por maioria de votos proferidos pelos julgadores da 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, foi dado provimento em sessão realizada no dia 14 de setembro de 2016. Na mesma sessão, negou-se provimento ao Recurso de Ofício da Fazenda Nacional.

Em 05 de dezembro de 2016, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN opôs embargos de declaração, que foram julgados em 11 de abril de 2017, tendo sido acolhidos sem efeitos infringentes, apenas para esclarecer que o Recurso Voluntário da Companhia (responsável solidária) foi julgado prejudicado, uma vez que restou cancelada toda a exigência pelas razões do Recurso Voluntário do devedor principal (Numeral 80).

No dia 12 de junho de 2017, a PGFN interpôs Recurso Especial à Câmara Superior do CARF, pretendendo a reforma do julgado proferido pela 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF, sendo apresentadas pela Companhia e Numeral 80 as contrarrazões. Por sua vez, a Companhia, requereu nas contrarrazões que, caso haja o reestabelecimento da autuação fiscal, que os autos sejam remetidos à 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF, para análise dos argumentos referentes à impossibilidade da imputação de responsabilidade solidária à Companhia.

Em 05 de abril de 2018, a Câmara Superior do CARF, por voto de qualidade, deu provimento ao Recurso Especial interposto pela PGFN, reestabelecendo a glosa das despesas de amortização fiscal do ágio. Por outro lado, foi reconhecido na decisão o cancelamento definitivo da multa qualificada de 150%, tendo em vista que esta matéria não foi objeto do Recurso Especial da PGFN. Neste contexto, o valor da penalidade objeto do auto de infração reduziu de R\$334.495 para R\$259.001 (valores de dezembro de 2012).

Além disso, a Câmara Superior do CARF determinou que o processo fosse remetido à 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF para análise dos argumentos expostos no Recurso Voluntário interposto pela Numeral 80 e Companhia, que deixaram de ser analisados na sessão de 14 de setembro de 2016, em razão do provimento integral do Recurso Voluntário da controlada Numeral 80.

Em 12 de novembro de 2019, a 2ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção do CARF deu parcial provimento aos recursos da Numeral 80 e Companhia para apenas acolher a preliminar de decadência relativo ao ano de 2006.

Em 27 de março de 2020, a Numeral 80 interpôs Recurso Especial requerendo a: (i) nulidade dos autos de infração - iliquidez e incerteza do crédito tributário; (ii) inexistência de previsão legal para a adição, à base de cálculo da CSLL, da despesa com amortização de ágio considerada indedutível pela fiscalização; (iii) impossibilidade de exigência de multa isolada após o encerramento do ano-base; e (iv) impossibilidade de cumulação da multa isolada com a multa de ofício.

Por sua vez, a Companhia interpôs Recurso Especial, desenvolvendo os mesmos argumentos acima mencionados, bem como sustentando adicionalmente que o nº 1302-004.104 divergiria de outras decisões proferidas pelo CARF no que diz respeito às seguintes matérias: (i) ausência de previsão legal no artigo 132 do Código Tributário Nacional - CTN de responsabilidade tributária no caso de cisão; e (ii) impossibilidade jurídica de responsabilidade tributária no caso de cisão parcial - ausência de extinção da sociedade cindida para subsunção ao artigo 132 do CTN.

O escritório responsável pela defesa da Companhia avalia a probabilidade de perda como possível e que o tempo de conclusão do processo é incerto.

Processo PIS / COFINS

Em 08 de outubro de 2019, a Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0816500.2018.00316 lavrado pela Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior, no montante de R\$18.742, referente à cobrança de PIS e COFINS, data base 2015. A Receita Federal entende que a Companhia creditou-se de forma indevida de alguns insumos. Em 1º de novembro de 2019, a Companhia apresentou impugnação, visto que todos os créditos foram gerados em conformidade com a legislação vigente.

Em 24 de março de 2020, a Delegacia de Julgamento da Receita Federal julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada pela Companhia cancelando, aproximadamente, 85% (oitenta e cinco por cento) da Autuação, cabendo, portanto, Recurso de Ofício ao CARF. No que tange as glosas mantidas, a Companhia interporá Recurso Voluntário ao CARF.

O escritório responsável pela defesa da Companhia avalia a probabilidade de perda como possível e que o tempo de conclusão do processo é incerto.

16. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

A Companhia e suas controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais), sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

<u>Contratos</u>	Controladora				Saldo contábil 31.03.2020
	Saldo contábil 31.12.2019	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Arrendamento:					
Tecon Santos	559.583	7.989	-	(10.621)	556.951
Tecon Imbituba	36.683	375	-	(919)	36.139
	<u>596.266</u>	<u>8.364</u>	<u>-</u>	<u>(11.540)</u>	<u>593.090</u>
MMC:					
Tecon Imbituba	347.591	3.070	-	(905)	349.756
TCG Imbituba	5.783	54	293	(46)	6.084
	<u>353.374</u>	<u>3.124</u>	<u>293</u>	<u>(951)</u>	<u>355.840</u>
Obrigações com poder concedente	<u>949.640</u>	<u>11.488</u>	<u>293</u>	<u>(12.491)</u>	<u>948.930</u>
(-) Curto prazo	(53.619)				(61.029)
Longo prazo	896.021				887.901

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

<u>Contratos</u>	Controladora				Saldo contábil 31.12.2019
	Saldo contábil 31.12.2018	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	
Arrendamento:					
Tecon Santos	529.955	32.090	39.099	(41.561)	559.583
Tecon Imbituba	34.789	1.537	3.960	(3.603)	36.683
	<u>564.744</u>	<u>33.627</u>	<u>43.059</u>	<u>(45.164)</u>	<u>596.266</u>
MMC:					
Tecon Imbituba	346.594	12.556	34.466	(46.025)	347.591
TCG Imbituba	6.012	220	268	(717)	5.783
	<u>352.606</u>	<u>12.776</u>	<u>34.734</u>	<u>(46.742)</u>	<u>353.374</u>
Obrigações com poder concedente	<u>917.350</u>	<u>46.403</u>	<u>77.793</u>	<u>(91.906)</u>	<u>949.640</u>

	Controladora			
	Saldo contábil 31.12.2018	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Saldo contábil 31.12.2019
<u>Contratos</u>			Pagamentos	
(-) Curto prazo	(63.548)			(53.619)
Longo prazo	853.802			896.021

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

	Consolidado			
	Saldo contábil 31.12.2019	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Saldo contábil 31.03.2020
<u>Contratos</u>			Pagamentos	
Arrendamento:				
Tecon Santos	559.583	7.989	-	(10.621)
Tecon Imituba	36.683	375	-	(919)
Tecon Vila do Conde	11.483	162	-	(308)
Terminal de Veículos/TEV	47.186	474	5.066	(1.164)
	654.935	9.000	5.066	(13.012)
MMC:				
Tecon Imituba	347.591	3.070	-	(905)
TCG Imituba	5.783	54	293	(46)
Tecon Vila do Conde	10.651	160	641	(306)
Terminal de Veículos/TEV	57.026	574	6.109	(1.406)
	421.051	3.858	7.043	(2.663)
Obrigações com poder concedente	1.075.986	12.858	12.109	(15.675)
(-) Curto prazo	(60.139)			(68.386)
Longo prazo	1.015.847			1.016.892

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

	Consolidado			
	Saldo contábil 31.12.2018	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Saldo contábil 31.12.2019
<u>Contratos</u>			Pagamentos	
Arrendamento:				
Tecon Santos	529.955	32.090	39.099	(41.561)
Tecon Imituba	34.789	1.537	3.960	(3.603)
Tecon Vila do Conde	6.959	663	4.776	(915)
Terminal de Veículos/TEV	45.206	1.928	4.369	(4.317)
	616.909	36.218	52.204	(50.396)
MMC:				
Tecon Imituba	346.594	12.556	34.466	(46.025)
TCG Imituba	6.012	220	268	(717)
Tecon Vila do Conde	6.841	653	4.125	(968)
Terminal de Veículos/TEV	54.661	2.333	5.249	(5.217)
	414.108	15.762	44.108	(52.927)
Obrigações com poder concedente	1.031.017	51.980	96.312	(103.323)

<u>Contratos</u>	Consolidado			
	Saldo contábil 31.12.2018	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Saldo contábil 31.12.2019
(-) Curto prazo	(68.660)			(60.139)
Longo prazo	962.357			1.015.847

(*) A contrapartida desse montante é o direito de exploração no ativo intangível, conforme nota explicativa nº 12.

Em 31 de março de 2020, o compromisso com poder concedente de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Controladora				
	2021	2022	2023	2024 - término do contrato	Total
Tecon Santos	8.167	11.127	11.423	515.560	546.277
Tecon Imbituba	17.046	23.272	23.953	272.247	336.518
TCG Imbituba	280	383	395	4.048	5.106
	<u>25.493</u>	<u>34.782</u>	<u>35.771</u>	<u>791.855</u>	<u>887.901</u>

	Consolidado				
	2021	2022	2023	2024 - término do contrato	Total
Tecon Santos	8.167	11.127	11.423	515.560	546.277
Tecon Imbituba	17.046	23.272	23.953	272.247	336.518
TCG Imbituba	280	383	395	4.048	5.106
Tecon Vila do Conde	920	1.275	1.334	17.774	21.303
Terminal de Veículos/TEV	4.723	6.430	6.596	89.939	107.688
	<u>31.136</u>	<u>42.487</u>	<u>43.701</u>	<u>899.568</u>	<u>1.016.892</u>

Períodos de vigência dos contratos

<u>Contratos</u>	Início do contrato	Término do contrato
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2047
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033
TCG Imbituba	Junho/2007	Junho/2032
Tecon Vila do Conde	Setembro/2003	Setembro/2033
Terminal de Veículos/TEV	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Seguro garantia

<u>Contratos</u>	Vigência
Tecon Santos	Abril/2019 a Abril/2020
Tecon Imbituba	Julho/2019 a Julho/2020
Tecon Vila do Conde	Julho/2019 a Julho/2020
Terminal de Veículos/TEV	Julho/2019 a Julho/2020

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de março de 2019 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M/INPC:

<u>Contratos</u>	Em reais - R\$		
	<u>Custo por contêiner movimentado</u>	<u>Custo por tonelada movimentada</u>	<u>Custo por veículo movimentado</u>
Tecon Santos (a)	41,55	-	-
Tecon Santos (b)	20,69	-	-
Tecon Imbituba (c)	97,97	-	-
TCG Imbituba (d)	-	3,16	-
TCG Imbituba (e)	-	6,99	-
TCG Imbituba (f)	-	4,21	-
Tecon Vila do Conde (g)	26,10	-	-
Tecon Vila do Conde (h)	5,22	-	-
Tecon Vila do Conde (i)	-	2,61	-
Terminal de Veículos/TEV (j)	-	-	20,66

- (a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
- (b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC.
- (c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
- (f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
- (g) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (h) Valor devido por contêiner vazio.
- (i) Valor devido por tonelada.
- (j) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL – CONSOLIDADO

a) Arrendamento – Aluguéis

	Consolidado		
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições / Baixas	Saldo contábil 31.03.2020
<u>Direito de uso (Ativo)</u>			
Santos Brasil Logística			
Imóvel	25.528	2.580	(1.544)
Tecon Vila do Conde			
Máquinas e equipamentos	4.379	-	(876)
Total do ativo	29.907	2.580	(2.420)

	Consolidado		
	Adoção inicial 01.01.2019	Adições / Baixas	Saldo contábil 31.12.2019
<u>Direito de uso (Ativo)</u>			
Santos Brasil Logística			
Imóvel	31.308	-	(5.780)
Tecon Vila do Conde			
Máquinas e equipamentos	-	7.006	(2.627)
Total do ativo	31.308	7.006	(8.407)

	Consolidado					
	Saldo contábil 31.12.2019	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.03.2020
<u>Arrendamentos (Passivo)</u>						
Santos Brasil Logística (I)	26.408	-	460	2.580	(1.886)	27.562
Tecon Vila do Conde (II)	4.497	-	69	-	(937)	3.629
Total do passivo	30.905	-	529	2.580	(2.823)	31.191
(-) Curto prazo	(8.830)					(9.575)
Longo prazo	22.075					21.616

	Consolidado					
	Adoção inicial 01.01.2019	Adições	Juros apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo contábil 31.12.2019
<u>Arrendamentos (Passivo)</u>						
Santos Brasil Logística (I)	31.308	-	2.060	-	(6.960)	26.408
Tecon Vila do Conde (II)	-	7.006	303	-	(2.812)	4.497
Total do passivo	31.308	7.006	2.363	-	(9.772)	30.905
(-) Curto prazo	(4.900)					(8.830)
Longo prazo	26.408					22.075

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

- (I) Em 1º de janeiro de 2019, a controlada Santos Brasil Logística realizou a adoção inicial do CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, referente ao aluguel do Centro de Distribuição, que possui vencimento em maio de 2024, utilizando a taxa de desconto de 7,47% a.a.
- (II) Em 1º de abril de 2019, a controlada Tecon Vila do Conde assinou acordo de arrendamento, referente ao aluguel de um guindaste móvel de cais (MHC), que possui vencimento em março de 2021, utilizando a taxa de desconto de 7,47% a.a.

A taxa de desconto para o trimestre findo em 31 de março de 2020, de 7,47% ao ano (7,47% em 31 de dezembro de 2019), para contratos com vencimento de até 5 anos, foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade das controladas.

Em 31 de março de 2020, o saldo longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Consolidado			
	2021	2022	2023	2024 - término do contrato
				Total
Santos Brasil Logística	4.720	6.666	7.120	3.110
				21.616

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS apresentados no quadro a seguir:

Fluxo de caixa	31.03.2020		31.12.2019	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	35.184	31.191	35.428	30.905
PIS / COFINS potencial (9,25%)	3.255	2.885	3.277	2.859

b) Arrendamento operacional

A Companhia e sua controlada Terminal de Veículos/TEV também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas, com vencimentos no curto prazo, os quais, no trimestre findo em 31 de março de 2020, geraram despesas no montante de R\$333 (R\$287 em 31 de março de 2019).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

	Ações ordinárias	
	31.03.2020	31.12.2019
Existentes no início do exercício	669.798.378	666.317.880
Opção de ações exercidas durante o exercício	-	3.480.498
Emitidas / autorizadas sem valor nominal	669.798.378	669.798.378

Do total de ações, 665.120.993 encontravam-se em circulação (“*freefloat*”) em 31 de março de 2020, sendo composto em sua totalidade por ações ordinárias.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reserva de capital

- Plano de opção de compra de ações / Plano de incentivo atrelado a ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, no montante de R\$64.074 em 31 de março de 2020 (R\$63.909 em 31 de dezembro de 2019) e do plano de incentivo atrelado a ações: *performance share*, no montante de R\$3.191 (R\$2.916 em 31 de dezembro de 2019) e *matching* de ações, no montante de R\$676 (R\$553 em 31 de dezembro de 2019), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

- Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica “Capital social” da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(4.548).

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$(5.478).

Até 31 de março de 2020, foram exercidas opções de compras de ações, onde a Companhia entregou ações que estavam em tesouraria, gerando um resultado de R\$(1.808).

c) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital.

- Recompra de ações

Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

O programa autorizou a compra de até 4.215.556 *units* sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2014.

Em 22 de agosto de 2016, com a migração para o Novo Mercado da B3 – Brasil Bolsa Balcão as *units* foram canceladas e convertidas em sua totalidade de ações preferenciais em ações ordinárias.

Até 31 de dezembro de 2018, foram entregues 2.879.414 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, gerando um resultado de R\$9.306.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram entregues 1.124.142 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, gerando um resultado de R\$3.634.

No trimestre findo em 31 de março de 2020, foram entregues 37.680 ações em tesouraria referentes a opções exercidas, gerando um resultado de R\$122.

A seguir, posição em 31 de março de 2020 de ações compradas pela Companhia:

	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor	Valor de Mercado (*)	Preço		
				Médio Ponderado	Mínimo	Máximo
Saldo original	6.138.745	19.844	27.625	3,23	2,90	3,70
(-) Ações entregues	(4.041.236)	(13.062)				
Saldo Atual	<u>2.097.509</u>	<u>6.782</u>	9.439			

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

- Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 26), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

19. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019, bem como a desagregação da receita, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Receita bruta	152.659	155.696	261.244	264.221
Terminais Portuários	152.659	155.696	179.530	181.404
Operações Portuárias	73.811	77.726	91.018	95.208
Armazenagem Alfandegada	76.882	74.530	86.001	82.330
Carga Geral	1.966	3.440	2.511	3.866
Logística	-	-	66.365	67.158
Transportes	-	-	10.331	10.831
Armazenagem Alfandegada	-	-	45.358	45.834
Centro de Distribuição	-	-	8.439	9.344
Terminais Logísticos	-	-	2.237	1.149
Terminal de Veículos/TEV	-	-	15.349	15.659
Armazenagem Alfandegada	-	-	15.349	15.659
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(17.432)	(17.596)	(33.208)	(33.256)
Outras	(2.221)	(898)	(4.219)	(3.745)
Total	<u>133.006</u>	<u>137.202</u>	<u>223.817</u>	<u>227.220</u>

20. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Mão de obra avulsa	(4.078)	(7.991)	(4.191)	(8.094)
Taxas - Companhias Docas	(1.733)	(12.869)	(2.450)	(13.351)
Energia elétrica	(2.273)	(2.077)	(2.924)	(2.901)
Combustíveis e lubrificantes	(4.595)	(5.129)	(7.717)	(8.449)
Fretes	(2.605)	(2.071)	(10.708)	(8.882)
Movimentação de veículos	-	-	(4.710)	(4.391)
Outros serviços e materiais	(772)	(422)	(3.076)	(2.539)
Despesas com pessoal	(64.220)	(66.478)	(87.312)	(89.535)
Consultoria, assessoria e auditoria	(7.569)	(2.986)	(8.041)	(3.376)
Outros serviços de terceirização	(6.343)	(5.178)	(9.144)	(7.682)
Manutenção operacional	(7.768)	(6.574)	(10.341)	(8.827)
Depreciação e amortização	(24.621)	(23.938)	(35.061)	(32.491)
Aluguéis / condomínios – áreas operacionais	-	-	(1.638)	(1.579)
Comissões sobre vendas de serviços	(4.388)	(6.426)	(20.283)	(21.179)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(5.015)	(3.967)	(5.036)	(4.556)
Outras despesas	(6.159)	(3.158)	(13.981)	(11.652)
Total	<u>(142.139)</u>	<u>(149.264)</u>	<u>(226.613)</u>	<u>(229.484)</u>
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(110.012)	(120.515)	(174.039)	(180.834)
Despesas com vendas	(5.659)	(7.750)	(22.584)	(23.906)
Provisão para perdas de créditos esperadas e perdas de créditos incobráveis	(5.015)	(3.967)	(5.036)	(4.556)
Despesas gerais e administrativas e amortização de ágio	(21.453)	(17.032)	(24.954)	(20.188)
Total	<u>(142.139)</u>	<u>(149.264)</u>	<u>(226.613)</u>	<u>(229.484)</u>

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Outras receitas operacionais:				
Correção de adiantamento para fundo de dragagem	184	220	184	220
Correção de depósitos judiciais	1.704	1.540	1.712	1.553
Correção de crédito a recuperar - FUNDAF	-	-	7	120
Ganho na venda de ativos	43	-	305	-
Receita com depósitos não identificados	111	270	299	450
Recuperação de despesas	-	-	-	200
Recuperação de energia elétrica	209	79	209	79
Recuperação de INSS - Folha de Pagamento	139	-	139	-
Ressarcimento de ocupação de berço	2.805	-	2.805	-
Outras receitas	191	25	577	165
Total	<u>5.386</u>	<u>2.134</u>	<u>6.237</u>	<u>2.787</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Outras despesas operacionais:				
Baixa e perdas na venda de ativos	(136)	-	(136)	(3)
Correção de provisões	260	(113)	248	(143)
Precatórios	-	-	(71)	(45)
Outras despesas	-	-	(3)	(5)
Total	124	(113)	38	(196)

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	79	2.561	1.178	3.527
Variações monetárias e cambiais ativas	-	4.035	-	4.806
Valor justo da operação de <i>swap</i>	-	1.149	-	1.149
Correção impostos a recuperar	214	290	230	290
Correção de depósitos judiciais	31	5	32	22
Outras receitas	84	141	171	230
Total	408	8.181	1.611	10.024
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures e empréstimos	(3.833)	(3.470)	(4.750)	(3.527)
Variações monetárias e cambiais passivas	-	(4.243)	(4.772)	(4.756)
Valor justo da operação de <i>swap</i>	-	(517)	-	(517)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações administrativas	(54)	(15)	(64)	(21)
Juros sobre obrigações com poder concedente	(11.488)	(11.666)	(12.858)	(13.076)
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(529)	(497)
Comissões e taxas financeiras	(785)	(38)	(803)	(38)
Outras despesas	(215)	(251)	(280)	(595)
Total	(16.375)	(20.200)	(24.056)	(23.027)

23. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E PLANO DE INCENTIVO ATRELADO A AÇÕES - CONTROLADORA

Em 4 de agosto de 2017, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, aditado em 1º de abril de 2015 e a criação do Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia (Plano de *Performance Shares* e *Matching* de Ações).

O Plano de Incentivo Atrelado a Ações da Companhia tem como objetivo regular a possibilidade de concessão de incentivos atrelados a ações ordinárias de emissão da Companhia a administradores e empregados que mantenham vínculo de emprego ou estatutário, visando: (i) aumentar a capacidade de atração de talentos; (ii) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento de certos administradores e empregados, alinhando os seus interesses com os dos acionistas; (iii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas; e (iv) estimular a expansão e o alcance e superação de suas metas empresariais, permitindo maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas da Companhia.

As ações concedidas como incentivo no âmbito dos programas do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Incentivo Atrelado a Ações não poderão ultrapassar o limite máximo de 4,5% das ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia.

a) Plano de opção de compra de ações

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), agrupados em *units*, em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção (“preço de exercício”), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da B3 – Brasil Bolsa Balcão, anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de março de 2020, os Programas em vigência são os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/units (*)	Quantidade de units outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/units (*)	Quantidade de units exercidas	Quantidade de units vencidas / caducadas	Quantidade de units - saldo
Programas 2006 à 2014		8.204.124				2.098.155	6.105.969	-
05/02/15 - Programa 2015	12,85	1.377.596			4,40	730.023	647.573	-
1º Lote anual		459.199	05/02/16	05/02/18		294.993	164.206	-
2º Lote anual		459.199	05/02/17	05/02/19		210.375	248.824	-
3º Lote anual		459.198	05/02/18	05/02/20		224.655	234.543	-
Total das opções outorgadas		9.581.720				2.828.178	6.753.542	-

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Em 2 e 3 de março de 2016, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o preço de exercício para o Programa de Opção de Ações 2016 e deliberaram a submeter o mesmo à prévia apreciação e recomendação do Comitê de Remuneração do Conselho de Administração da Companhia, para posterior exame e aprovação do Conselho de Administração.

Em 22 de agosto de 2016 com o cancelamento das units, caso seja exercida a opção de compra dos programas até 2015, serão emitidas cinco ações ordinárias ao beneficiário.

Programas	Preços de exercício R\$/ações (*)	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/ações (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
02/03/16 - Programa 2016	2,29	2.897.395			1,18	2.273.199	499.875	124.321
1º Lote anual		965.798	02/03/17	02/03/19		806.371	159.427	-
2º Lote anual		965.798	02/03/18	02/03/20		769.288	196.510	-
3º Lote anual		965.799	02/03/19	02/03/21		697.540	143.938	124.321
23/08/17 - Programa 2017	2,02	6.609.811			0,71	1.479.913	2.916.132	2.213.766
1º Lote anual		2.203.270	23/08/18	23/08/21		1.070.238	1.133.032	-
2º Lote anual		2.203.270	23/08/19	23/08/22		409.675	882.473	911.122
3º Lote anual		2.203.271	23/08/20	23/08/23		-	900.627	1.302.644
28/02/18 - Programa 2018	3,51	2.914.885			1,61	159.011	774.280	1.981.594
1º Lote anual		971.628	28/02/19	28/02/22		159.011	241.189	571.428
2º Lote anual		971.628	28/02/20	28/02/23		-	266.546	705.082
3º Lote anual		971.629	28/02/21	28/02/24		-	266.545	705.084
Total das opções outorgadas		12.422.091				3.912.123	4.190.287	4.319.681

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses para os Planos até 2016 e para os Planos a partir de 2017 reflete o período de 36 meses, sendo todos contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Em função da baixa rotatividade histórica de administradores e colaboradores de alto nível beneficiários das outorgas, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão *vested*.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2020 no montante de R\$165 (R\$649 em 31 de março de 2019).

Das opções vigentes até 31 de março de 2020, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 2,72% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,64%.

b) Planos de incentivo atrelado a ações

- *Performance Shares*

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, ações ordinárias da Companhia, se as metas forem alcançadas pelos beneficiários. A transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos beneficiários a título de *Performance Shares* será realizada em um único lote, após 3 (três) anos (“Período de Carência”), a contar da data estabelecida para cada beneficiário em seu Contrato de Adesão (“Data Inicial”). O Conselho de Administração, entretanto, poderá, a seu exclusivo critério, antecipar a transferência da propriedade das ações ordinárias da Companhia outorgadas aos Beneficiários a título de *Performance Shares*, caso as metas descritas no programa tenham sido atingidas antes de 3 anos, hipótese em que o término do Período de Carência será antecipado. Em caso de desligamento de funcionário (rescisão ou demissão) as opções que lhe tenham sido concedidas e ainda não exercidas estarão automaticamente extintas.

Em 23 de agosto de 2017, foi aprovada a outorga de 1.970.443 ações ordinárias para o Programa de *Performance Shares* dentro do limite estabelecido no Plano de Incentivo Atrelado a Ações.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações exercidas	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	1.970.443		2,31	-	322.436	1.648.007
- Lote Anual	1.970.443	23/08/20		-	322.436	1.648.007
Total das ações outorgadas	<u>1.970.443</u>			<u>-</u>	<u>322.436</u>	<u>1.648.007</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2020, no montante de R\$276 (R\$379 em 31 de março de 2019).

Das opções vigentes até 31 de março de 2020, não foram exercidas opções e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 0,25%.

- **Matching de ações**

Será outorgado aos beneficiários o direito a receber, gratuitamente, 1 (uma) ação ordinária da Companhia para cada ação ordinária da Companhia adquirida por intermédio da Corretora (“*Matching*”), até o limite estabelecido nos seus respectivos Contratos de Adesão e respeitado o prazo de 15 (quinze) dias para transferir as ações adquiridas no âmbito deste Programa para uma conta de depósito de ações de sua titularidade, mantida pela Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia (“Agente Escriturador”), bem como para autorizar que seja realizado, pelo Agente Escriturador, o bloqueio das referidas ações em razão de sua adesão do presente Programa.

Programas	Quantidade de ações outorgadas	Prazos de carência	Valor das ações - R\$ (*)	Quantidade de ações aderidas/entregues	Quantidade de ações vencidas / caducadas	Quantidade de ações - saldo
23/08/17 - Programa 2017	903.896		2,31	200.674	703.222	-
- Lote Anual	903.896	3 anos		200.674	703.222	-
28/02/18 - Programa 2018	615.369		3,71	277.678	337.691	-
- Lote Anual	615.369	3 anos		277.678	337.691	-
Total das ações outorgadas	1.519.265			478.352	1.040.913	-

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das ações.

A Companhia reconheceu o efeito no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2020, no montante de R\$122 (R\$60 em 31 de março de 2019), pois houve Contrato de Adesão ao referido Programa.

Até 31 de março de 2020, foram realizadas adesões de 468.200 ações, caso essas adesões permaneçam até o final do prazo de carência, a partir da sua data de adesão, seu percentual de diluição seria 0,07%.

Em 2019 foram entregues 10.152 ações, referente à parte dos programas de 2017 e 2018, tendo retenção referente ao imposto de renda retido na fonte, no montante de R\$23, ambos contabilizados em reservas de capital. As ações entregues representaram uma diluição na participação dos acionistas menor que 0,01%.

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos.

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
(Prejuízo) antes da tributação	(19.290)	(15.933)	(18.966)	(12.676)
Exclusão de equivalência patrimonial	(300)	(6.127)	-	-
(Prejuízo) antes da tributação ajustado	(19.590)	(22.060)	(18.966)	(12.676)
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	6.667	7.506	6.455	4.316
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	4.702	5.294	4.552	3.042
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$ 60	1.965	2.212	1.903	1.274
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	(606)	(627)	(693)	(707)
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	(186)	(311)	(186)	(311)
Plano de opção de compra de ações / <i>Performance Share</i>	(191)	(370)	(191)	(370)
Outras	(271)	(304)	(358)	(384)
Exclusões permanentes:				
Opções exercidas	42	358	42	358
Remuneração variável da Diretoria	-	-	-	-
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	8	-	14	28
Incentivos fiscais	8	-	14	28
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	6.069	6.879	5.776	3.637
Alíquota efetiva	30,98%	31,18%	30,45%	28,69%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	-	-	(1)	4
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	(1)	4
VI - Ajustes extraordinários:	-	-	(30)	(19)
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	(30)	(19)
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	6.069	6.879	5.745	3.622
IRPJ e CSLL - correntes	(466)	-	(1.159)	(2.647)
IRPJ e CSLL - diferidos	6.535	6.879	6.904	6.269
Total	6.069	6.879	5.745	3.622

(*) Refere-se às controladas Numeral 80, Santos Brasil Logística, TPV e Pará, para as quais os créditos fiscais diferidos serão registrados quando da geração de resultados positivos futuros.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

Ativo (passivo)	Controladora					
	31.03.2020			31.12.2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	18.742	7.092	25.834	18.894	7.147	26.041
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	3.553	1.279	4.832	3.232	1.163	4.395
Provisão para contingências	25.446	9.161	34.607	24.439	8.798	33.237
Amortização do ágio	(17.194)	(6.190)	(23.384)	(17.350)	(6.246)	(23.596)
Depreciação	(39.160)	(14.098)	(53.258)	(40.025)	(14.409)	(54.434)
Perda por desvalorização de ativos	5.782	2.081	7.863	5.892	2.121	8.013
Obrigações com poder concedente	25.780	9.281	35.061	25.182	9.066	34.248
Outras	11.976	4.538	16.514	9.905	3.725	13.630
Perdas atuariais	7.125	2.563	9.688	7.125	2.563	9.688
Total	42.050	15.707	57.757	37.294	13.928	51.222
Ativo	42.050	15.707	57.757	37.294	13.928	51.222

Ativo (passivo)	Consolidado					
	31.03.2020			31.12.2019		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	31.961	11.850	43.811	31.803	11.794	43.597
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos esperadas	3.890	1.401	5.291	3.584	1.290	4.874
Provisão para contingências	26.641	9.591	36.232	25.654	9.235	34.889
Amortização do ágio	(27.060)	(9.742)	(36.802)	(27.216)	(9.798)	(37.014)
Depreciação	(45.138)	(16.250)	(61.388)	(46.028)	(16.570)	(62.598)
Perda por desvalorização de ativos	5.782	2.081	7.863	5.892	2.121	8.013
Obrigações com poder concedente	29.219	10.519	39.738	28.563	10.283	38.846
Outras	13.588	5.118	18.706	11.581	4.329	15.910
Precatórios a receber	(1.422)	(514)	(1.936)	(1.400)	(506)	(1.906)
Perdas atuariais	9.212	3.316	12.528	9.212	3.316	12.528
Total	46.673	17.370	64.043	41.645	15.494	57.139
Ativo	52.374	19.423	71.797	47.893	17.744	65.637
Passivo	(5.701)	(2.053)	(7.754)	(6.248)	(2.250)	(8.498)

Até 31 de março de 2020, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e às suas controladas Tecon Vila do Conde, Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV.

25. RESULTADO POR AÇÃO

a) Resultado básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado da Companhia para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.03.2020	31.03.2019
	Ordinárias	Ordinárias
Prejuízo do período	(13.221)	(9.054)
Média ponderada das ações	667.700.869	664.017.051
Resultado por ação básico	(0,01980)	(0,01363)

b) Resultado diluído por ação

Sobre o resultado da Companhia para os trimestres findos em 31 de março de 2020 e de 2019, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	31.03.2020	31.03.2019
	Ordinárias	Ordinárias
Prejuízo do período	(13.221)	(9.054)
Média ponderada das ações	667.700.869	664.017.051
Efeitos potenciais de subscrição de opção de ações	3.329.013	6.923.118
Resultado por ação diluído	(0,01970)	(0,01349)

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.

26. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas no trimestre findo em 31 de março de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

HipótesesHipóteses econômicas:

Taxa de Desconto	3,38% a.a.
Inflação Econômica	3,50% a.a.
Inflação Médica ("HCCTR")	3,00% a.a.
Fator Idade ("Aging Factor")	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica

Hipóteses biométricas:

Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos

Hipóteses

Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	40%

Outras hipóteses

Composição Familiar	<u>Participantes Ativos</u>
	90% Casados
	Diferença de Idade Titular / Esposa - 4 anos
	<u>Participantes Assistidos</u>
	Família Real

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para o trimestre findo em 31 de março de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	
	31.03.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais	1.374	3.969
Perdas atuariais calculadas	52.291	48.322
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>53.665</u>	<u>52.291</u>
	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Valor presente das obrigações atuariais	1.950	5.031
Perdas atuariais calculadas	67.593	62.562
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>69.543</u>	<u>67.593</u>

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A política de contratação de instrumentos financeiros e os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações, são os mesmos divulgados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Nível de hierarquia	Controladora				Consolidado			
		31.03.2020		31.12.2019		31.03.2020		31.12.2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:									
Caixa e saldo em bancos	-	1.072	1.072	2.550	2.550	3.246	3.246	5.991	5.991
		1.072	1.072	2.550	2.550	3.246	3.246	5.991	5.991
Mensurados pelo custo amortizado:									
Contas a receber	2	81.212	81.212	81.352	81.352	121.004	121.004	120.432	120.432
Dividendos a receber	2	3.632	3.632	3.632	3.632	-	-	-	-
Precatórios a receber	2	-	-	-	-	5.694	5.694	5.605	5.605
		84.844	84.844	84.984	84.984	126.698	126.698	126.037	126.037
Valor justo por meio do resultado:									
Fundos de investimentos	2	105.922	105.922	105.912	105.912	267.530	267.530	260.385	260.385
Outras aplicações financeiras	2	102.121	102.121	159.067	159.067	102.121	102.121	159.067	159.067
		208.043	208.043	264.979	264.979	369.651	369.651	419.452	419.452
Passivo:									
Mensurados pelo custo amortizado:									
Empréstimos e financiamentos	2	61.056	61.035	60.143	60.603	80.470	80.449	77.925	78.386
Debêntures	2	295.755	277.215	299.985	302.757	355.580	331.880	358.471	364.588
Fornecedores	2	49.664	49.664	50.407	50.407	73.349	73.349	75.855	75.855
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2	3.665	3.665	3.665	3.665	3.665	3.665	3.665	3.665
Obrigações com poder concedente	2	948.930	1.340.631	949.640	1.178.446	1.085.278	1.508.510	1.075.986	1.332.112
Precatórios a pagar*	2	-	-	-	-	4.556	4.556	4.484	4.484
		1.359.070	1.732.210	1.363.840	1.595.878	1.602.898	2.002.409	1.596.386	1.859.090

* Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros passivos”, no passivo não circulante.

Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

b) Risco de mercado

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio e da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

b.1) Risco cambial e análise de sensibilidade

As transações atreladas às moedas estrangeiras, dólar norte-americano e o euro, encerraram o trimestre findo em 31 de março de 2020 com valorização do dólar e do euro em relação ao real de 29,0% e 26,4%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2019.

A política da Companhia é gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o período subsequente de 12 meses, em média. Assim, a exposição líquida refere-se às amortizações superiores ao período estipulado na política.

Em 31 de março de 2020, assim como em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuíam contrato de derivativo vigente. Suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados cinco cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de março de 2020. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável. Já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	€	5,73	<u>17.554</u>	<u>-</u>	<u>4.389</u>	<u>8.777</u>	<u>(4.389)</u>	<u>(8.777)</u>
Dívida líquida			<u>17.554</u>	<u>-</u>	<u>4.389</u>	<u>8.777</u>	<u>(4.389)</u>	<u>(8.777)</u>

(*) O valor apresentado refere-se ao montante nominal dos contratos vigentes.

b.2) Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente está exposta ao risco de flutuação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos 12 meses. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

				Controladora				
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	3,65%	105.922	3.866	4.833	5.799	2.900	1.933
Outras aplicações financeiras	CDI	3,65%	<u>102.121</u>	<u>3.727</u>	<u>4.659</u>	<u>5.591</u>	<u>2.796</u>	<u>1.864</u>
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	3,65%	60.960	2.225	2.781	3.338	1.669	1.113
Debêntures	CDI	3,65%	295.755	10.795	13.494	16.193	8.096	5.398
Obrigações com poder concedente	IGP-M	6,82%	942.846	64.302	80.378	96.453	48.227	32.151
Obrigações com poder concedente	INPC	3,31%	<u>6.084</u>	<u>201</u>	<u>252</u>	<u>302</u>	<u>151</u>	<u>101</u>
Dívida líquida			1.097.602	69.930	87.413	104.896	52.447	34.966

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Consolidado				
				Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	3,65%	267.530	9.765	12.202	14.647	7.324	4.882
Outras aplicações financeiras	CDI	3,65%	<u>102.121</u>	<u>3.727</u>	<u>4.659</u>	<u>5.591</u>	<u>2.796</u>	<u>1.864</u>
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	CDI	3,65%	60.960	2.225	2.781	3.338	1.669	1.113
Debêntures	CDI	3,65%	295.755	10.795	13.494	16.193	8.096	5.398
Debêntures	IPCA	3,30%	59.825	1.974	2.468	2.961	1.481	987
Obrigações com poder concedente	IGP-M	6,82%	1.079.194	73.601	92.002	110.402	55.201	36.801
Obrigações com poder concedente	INPC	3,31%	<u>6.084</u>	<u>201</u>	<u>252</u>	<u>302</u>	<u>151</u>	<u>101</u>
Dívida líquida			1.132.167	<u>75.304</u>	94.136	112.958	56.478	37.654

c) Risco de crédito

A provisão consolidada para perdas de crédito esperadas, em 31 de março de 2020, era de R\$15.563, representando 11,40% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2019, essa provisão era de R\$14.334, equivalente a 10,64%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	106.994	108.462	270.776	266.376
Outras aplicações financeiras	102.121	159.067	102.121	159.067
Contas a receber	81.212	81.352	121.004	120.432
Dividendos a receber	3.632	3.632	-	-
Precatórios a receber	-	-	5.694	5.605
Total	293.959	352.513	499.595	551.480

d) Risco de liquidez

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

	Controladora					
	Saldo contábil 31.03.2020	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	61.056	63.380	42.824	20.556	-	-
Debêntures	295.755	384.920	12.856	98.104	165.704	108.256
Fornecedores	49.664	49.664	34.643	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	3.665	3.665	3.665	-	-	-
Obrigações com poder concedente	948.930	1.676.975	106.499	157.472	157.472	1.255.532
Total	<u>1.359.070</u>	<u>2.178.604</u>	<u>200.487</u>	<u>291.153</u>	<u>323.176</u>	<u>1.363.788</u>

	Consolidado					
	Saldo contábil 31.03.2020	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
<u>Passivo</u>						
Empréstimos e financiamentos	80.470	82.084	48.059	30.105	3.920	-
Debêntures	355.580	476.114	20.355	113.420	181.070	161.269
Fornecedores	73.349	73.349	58.328	15.021	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	3.665	3.665	3.665	-	-	-
Obrigações com poder concedente	1.085.278	1.861.547	119.220	182.912	182.912	1.376.503
Precatórios a pagar	4.556	4.556	-	4.556	-	-
Total	<u>1.602.898</u>	<u>2.501.315</u>	<u>249.627</u>	<u>346.014</u>	<u>367.902</u>	<u>1.537.772</u>

e) Gestão de capital

No trimestre findo em 31 de março de 2020, foi mantida, pela Companhia e por suas controladas, a mesma política descrita nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

A dívida em relação ao capital no trimestre findo em 31 de março de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Total dos passivos circulante e não circulante	1.536.280	1.532.567	1.858.834	1.843.738
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(209.115)	(267.529)	(372.897)	(425.443)
Dívida líquida	<u>1.327.165</u>	<u>1.265.038</u>	<u>1.485.937</u>	<u>1.418.295</u>
Total do patrimônio líquido	1.339.857	1.352.384	1.339.857	1.352.384
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,99053	0,93541	1,10903	1,04874

28. EFEITOS NÃO CAIXA

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
(Aumento) do intangível das obrigações com poder concedente	(293)	(268)	(12.109)	(9.886)
(Aumento) do imobilizado do arrendamento mercantil	-	-	(2.580)	(28.412)
Transações das atividades de investimentos	(293)	(268)	(14.689)	(38.298)

29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de março de 2020, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Filial - Tecon Imbituba</u>			
Seguro de Operador Portuário - SOP:			Julho/2021
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	16.000	US\$	
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2020
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2020
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Filial - Tecon Santos</u>			
SOP:			Julho/2021
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	17.850	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Transporte de passageiros em embarcações (RC) e danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço	4.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2020
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
APPs	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
<u>Santos Brasil Logística</u>			
SOP:			Julho/2021
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	
Responsabilidade civil ampla para CD - São Bernardo do Campo	50.000	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Transporte Rodoviário de Carga - RCTR-C	10.000	R\$	Dezembro/2020
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R\$	Dezembro/2020
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2020
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	700	R\$	
Danos morais	100	R\$	
<u>Tecon Vila do Conde</u>			
SOP:			Julho/2021
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
Seguro da frota de veículos (passeio):			Outubro/2020
Casco	100% tabela FIPE	R\$	
APPS	10	R\$	
Danos materiais a terceiros	200	R\$	
Danos corporais a terceiros	200	R\$	
Danos morais	50	R\$	
Seguro da frota de veículos (caminhões):			Outubro/2020
Danos materiais a terceiros	500	R\$	
Danos pessoais a terceiros	500	R\$	
Danos morais	100	R\$	

Controladora e Consolidado			
	Cobertura	Moeda	Vencimento
<u>Terminal de Veículos/TEV</u>			
SOP:			Julho/2021
Responsabilidade civil	20.000	US\$	
Bens móveis e imóveis	1.000	US\$	
RCE	1.000	US\$	
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	
Danos elétricos	250	US\$	
<u>Institucional</u>			
Responsabilidade civil - Administradores e diretores	40.000	R\$	Junho/2020
Riscos nomeados - escritórios Santos e São Paulo	4.392	R\$	Abril/2020

30. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 31 de março de 2020, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$26.352 (R\$2.084 em 31 de dezembro de 2019), as quais não estavam contabilizadas nestas informações trimestrais.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

No trimestre findo em 31 de março de 2020, não ocorreram alterações conceituais nas definições dos segmentos operacionais e das demonstrações do resultado e do capital empregado, permanecendo as descritas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - janeiro a março de 2020

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	179.913	68.371	15.349	-	(2.389)	261.244
Deduções da receita	(22.737)	(12.538)	(2.373)	-	221	(37.427)
Receita operacional líquida	157.176	55.833	12.976	-	(2.168)	223.817
Custo dos serviços prestados	(126.269)	(41.034)	(8.904)	-	2.168	(174.039)
Custos variáveis / fixos	(100.160)	(37.000)	(4.929)	-	2.168	(139.921)
Depreciação / amortização	(26.109)	(4.034)	(3.975)	-	-	(34.118)
Lucro bruto	30.907	14.799	4.072	-	-	49.778
Despesas operacionais	(15.629)	(16.967)	(1.113)	(12.590)	-	(46.299)
Despesas com vendas	(11.096)	(15.560)	(960)	-	-	(27.616)
Despesas gerais e administrativas	(9.534)	(2.021)	(156)	(12.304)	-	(24.015)
Depreciação / amortização	(29)	(19)	-	(895)	-	(943)
Outras	5.030	633	3	609	-	6.275
EBIT	15.278	(2.168)	2.959	(12.590)	-	3.479
Depreciação / amortização	26.138	4.053	3.975	895	-	35.061
EBITDA (LAJIDA)	41.416	1.885	6.934	(11.695)	-	38.540
Resultado financeiro	-	-	-	-	(22.445)	(22.445)
Equivalência patrimonial	-	-	-	300	(300)	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	5.745	-	5.745
Lucro líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(13.221)

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional - janeiro a março de 2019

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	181.736	69.043	15.659	-	(2.217)	264.221
Deduções da receita	(21.717)	(12.650)	(2.839)	-	205	(37.001)
Receita operacional líquida	160.019	56.393	12.820	-	(2.012)	227.220
Custo dos serviços prestados	(135.995)	(37.651)	(9.200)	-	2.012	(180.834)
Custos variáveis / fixos	(112.511)	(33.389)	(5.398)	-	2.012	(149.286)
Depreciação / amortização	(23.484)	(4.262)	(3.802)	-	-	(31.548)
Lucro bruto	24.024	18.742	3.620	-	-	46.386
Despesas operacionais	(16.630)	(17.428)	(818)	(11.183)	-	(46.059)
Despesas com vendas	(12.107)	(15.713)	(634)	-	-	(28.454)
Despesas gerais e administrativas	(6.283)	(2.173)	(199)	(10.598)	-	(19.253)
Depreciação / amortização	(28)	(18)	-	(897)	-	(943)
Outras	1.788	476	15	312	-	2.591
EBIT	7.394	1.314	2.802	(11.183)	-	327
Depreciação / amortização	23.512	4.280	3.802	897	-	32.491
EBITDA (LAJIDA)	30.906	5.594	6.604	(10.286)	-	32.818
Resultado financeiro	-	-	-	(13.003)	-	(13.003)
Equivalência patrimonial	-	-	-	6.127	(6.127)	-
IRPJ / CSLL	-	-	-	3.622	-	3.622
Prejuízo líquido	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(9.054)

Em 31 de março de 2020, as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$30.604 (R\$31.007 em 31 de março de 2019), equivalentes a 16,8% do total da receita bruta consolidada.

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional - 31 de março de 2020

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	130.799	26.225	8.847	382.315	(2.574)	545.612
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	270.776	-	270.776
Outras aplicações financeiras	-	-	-	102.121	-	102.121
Outros	130.799	26.225	8.847	9.418	(2.574)	172.715
Ativo não circulante	2.038.044	161.519	237.564	614.812	(398.860)	2.653.079
Outros	281.937	7.072	27	100.610	-	389.646
Investimento	-	-	-	398.860	(398.860)	-
Imobilizado	70.436	114.526	736	34.242	-	219.940
Intangível	1.685.671	39.921	236.801	81.100	-	2.043.493
Passivo circulante	(82.329)	(27.796)	(2.896)	(2.069)	2.574	(112.516)
Fornecedores	(40.242)	(17.778)	(1.798)	(29)	1.519	(58.328)
Outros	(42.087)	(10.018)	(1.098)	(2.040)	1.055	(54.188)
Passivo não circulante	(99.515)	(7.400)	(115)	(13.561)	-	(120.591)
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(29.629)	(7.400)	(115)	(112)	-	(37.256)
Outros	(54.865)	-	-	(13.449)	-	(68.314)
Total	1.986.999	152.548	243.400	981.497	(398.860)	2.965.584

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	133.659
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	52.033
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	3.665
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	68.386
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	9.575
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	1.492.068
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	384.017
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	1.016.892
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	21.616
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	69.543
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.339.857
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.364.180
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(24.323)
Total	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	2.965.584

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2019

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	134.040	22.959	9.505	433.824	(2.293)	598.035
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	266.376	-	266.376
Outras aplicações financeiras	-	-	-	159.067	-	159.067
Outros	134.040	22.959	9.505	8.381	(2.293)	172.592
Ativo não circulante	1.995.386	163.644	230.363	607.154	(398.460)	2.598.087
Outros	277.126	7.243	26	92.471	-	376.866
Investimento	-	-	-	398.460	(398.460)	-
Imobilizado	68.589	116.453	762	34.251	-	220.055
Intangível	1.649.671	39.948	229.575	81.972	-	2.001.166
Passivo circulante	(76.511)	(28.225)	(3.096)	(3.463)	2.293	(109.002)
Fornecedores	(40.683)	(19.221)	(2.113)	(75)	1.258	(60.834)
Outros	(35.828)	(9.004)	(983)	(3.388)	1.035	(48.168)
Passivo não circulante	(98.404)	(7.456)	(114)	(14.217)	-	(120.191)
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(29.811)	(7.456)	(114)	(112)	-	(37.493)
Outros	(53.572)	-	-	(14.105)	-	(67.677)
Total	1.954.511	150.922	236.658	1.023.298	(398.460)	2.966.929

Fontes de capital

Passivo circulante	-	-	-	-	-	126.710
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	54.076
Dividendos / Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	3.665
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	60.139
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	8.830
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	1.487.835
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	382.320
Obrigações com poder concedente	-	-	-	-	-	1.015.847
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	22.075

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	67.593
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.352.384
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.376.707
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(24.323)
Total	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>2.966.929</u>

Conselho de Administração

Verônica Valente Dantas (Presidente)
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim (Vice-Presidente)
Valdecyr Maciel Gomes (Independente)
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo (Independente)
Luiz Sergio Fisher de Castro (Independente)
José Luis Bringel Vidal (Independente)
Felipe Villela Dias (Independente)

Diretoria

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente e Diretor de Operações
Daniel Pedreira Dorea - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Ricardo dos Santos Buteri - Diretor Comercial

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Luis Fernando Moran de Oliveira

Thiago Otero Vasques - CRC nº 1 SP 238735/O-0
Contador

Projeções empresariais 2020

No ano de 2020, o mercado de terminais de contêineres no Brasil deverá sofrer impactos decorrentes da pandemia do novo coronavírus – COVID-19 – no mundo. O volume movimentado de contêineres nos portos de atuação da Companhia enfrentará cenário operacional, econômico e concorrencial desafiador. Além do mais, o ritmo incerto da recuperação da atividade portuária após o fim da crise torna ainda mais complexa a realização de projeções em relação ao fluxo de contêineres, tanto de longo curso quanto de cabotagem, o que leva a Companhia a não fornecer guidance para 2020.

Aviso Legal

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base crenças e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, crenças ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia.

As ressalvas com relação a declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima" ou expressões semelhantes.

As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Santos Brasil.

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Em atendimento ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa (Novo Mercado) apresentamos as seguintes informações (informações não revisadas pelos Auditores Independentes):

1) Demonstrativo da posição acionária de todo investidor ou acionista que detém mais de 5% de ações de cada espécie e classe do capital, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física, em 31 de março de 2020:

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Denominação: SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.			(Em unidade Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%
THE BANK OF NEW YORK ADR DEPARTMENT	198.897.030	29,70	198.897.030	29,70
PW237 PARTICIPAÇÕES S.A.	149.382.595	22,30	149.382.595	22,30
MULTI STS PARTICIPAÇÕES S.A.	36.661.100	5,47	36.661.100	5,47
RICHARD KLIEN	17.239.675	2,57	17.239.675	2,57
RK EXCLUSIVO FIA	8.604.625	1,28	8.604.625	1,28
Ações em tesouraria	2.097.509	0,31	2.097.509	0,31
Outros	256.915.844	38,36	256.915.844	38,36
Total	669.798.378	100,00	669.798.378	100,00

2) Valores mobiliários detidos por Controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal da Companhia, em 31 de março de 2020:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controladores	-	-	-	-
Administradores				
Conselho de Administração	305.924	0,05	305.924	0,05
Diretoria	2.273.952	0,34	2.273.952	0,34
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.097.509	0,31	2.097.509	0,31
Outros Acionistas	665.120.993	99,30	665.120.993	99,30
Total	669.798.378	100,00	669.798.378	100,00
Ações em Circulação	665.120.993	99,30	665.120.993	99,30

3) Informamos que, em 31 de março de 2020, o número de ações em circulação era de 665.120.993, ou seja, 99,30% do capital total, que é composto em sua totalidade por ações ordinárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Conselheiros e Acionistas
Santos Brasil Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Santos Brasil Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Santos Brasil Participações S.A. examinou as Informações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2020 e a minuta do “Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais”, emitido pela KPMG Auditores independentes apresentado em 06 de maio de 2020 e, caso não haja nenhuma alteração futura na minuta apresentada, se manifesta na forma do Ofício Circular CVM/SEP/CVM nº 02/2020, item 3.3.4, que as informações trimestrais referidas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à sua elaboração, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

São Paulo, 06 de maio de 2020.

Gilberto Braga
Presidente do Conselho Fiscal

Leonardo Guimarães Pinto
Membro do Conselho Fiscal

Luis Fernando Moran de Oliveira
Membro do Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e o Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ no 02.762.121/0001-04, com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, no 387, 2o andar, parte, São Paulo, SP declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

São Paulo, 06 de maio de 2020.

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente e Diretor de Operações

Daniel Pedreira Dorea
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 25, inciso V, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor-Presidente e o Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores da SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ no 02.762.121/0001-04, com sede na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, no 387, 2o andar, parte, São Paulo, SP declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

São Paulo, 12 de maio de 2020.

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Diretor-Presidente e Diretor de Operações

Daniel Pedreira Dorea
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores